



JARDIM DA CIDADE

uma busca pela pluralidade cultural

Marlon Henrique Bellini

Jardim da Cidade

Uma busca pela pluralidade cultural

Monografia apresentada para a disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso I, do curso de Arquitetura e Urbanismo, da Universidade do Vale do Taquari - Univates, como parte da exigência para a obtenção do título de graduação.


Orientador: Prof. Dra. Jamile Maria da Silva Weizenmann

Lajeado, julho de 2020.

RESUMO

Este estudo tem por objetivo analisar e compreender por diversas perspectivas, os benefícios diretos e indiretos que a cultura proporciona para o desenvolvimento humano e para a evolução da sociedade. Busca-se sustentar um repertório para o desenvolvimento da segunda etapa do trabalho final de curso. O trabalho propõe a democratização da cultura através de um parque cultural, explorando os diversos usos que os espaços públicos permitem para torná-los em espaços de aprendizagem e estimular a discussão do direito à cidade, assim como o direito à cultura. O objetivo é promover a conscientização da comunidade quanto ao seu papel de agente criador e transformador do espaço público e sua responsabilidade frente a conservação do patrimônio natural e construído. O tema gira em torno de uma ideia nobre e viva, o Jardim da Cidade: Um espaço que reflete a valorização do convívio, do compartilhamento, da coletividade, da diversidade e da multiplicidade. O projeto em questão tem sua implantação proposta na zona central da cidade de Venâncio Aires, no Rio Grande do Sul, desfrutando como ponto de partida de uma edificação pré-existente - a Casa de Cultura de Venâncio Aires, edificação histórica contruída em 1929 que atualmente abriga o Museu da cidade. Além disso, o trabalho expõe a necessidade de um espaço cultural e a importância deste projeto para o município, bem como, auxilia no fomento à produção de cultura e na salvaguarda do patrimônio cultural.

Palavras-chave: Cultura, Desenvolvimento Humano, Espaço público, Educação Patrimonial, Economia criativa, Venâncio Aires




LISTA DE FIGURAS

Figura 01 - Ilustração do Jardim da Cidade como “oásis” em Venâncio Aires	12
Figura 02 - Diagrama estruturador da proposta	13
Figura 03 - Praça Evangélica, Venâncio Aires, Brasil.....	16
Figura 04 - The Goods Line, Sydney, Australia.....	16
Figuras 05 e 06 - Pessoas atraídas pela vida na cidade em Estrasburgo, França.....	18
Figuras 07 e 08 - Largo da Batata, SP	20
Figuras 09 e 10 - Vale do Anhangabaú, SP	20
Figuras 11 e 12 - Atividades de game place com a comunidade, SP.....	21
Figuras 13 e 14 - Revitalização da Escadaria Jardim Monte Azul, SPR.....	21
Figura 15 - Pop Up Beer Garden - Louisville, Kentucky, EUA.....	22
Figura 16 - Conexão Cultural, Museu da Imagem e do Som - São Paulo, Brasil.....	22
Figura 17 - Diagrama de critérios para um espaço público bem sucedido	23
Figura 18 - Parque Gulbenkian	24
Figura 19 - Seagrem Plaza.....	24
Figura 20 - Mapa mental da zona urbana de Venâncio Aires.....	26
Figura 21 - Igreja São Sebastião Mártir.....	26
Figura 22 - Casa de Cultura (Museu).....	26
Figura 23 - Despesas do governo federal por órgãos de cultura	29
Figura 24 - Despesas municipais por função, Venâncio Aires, 2018	30
Figura 25 - Distribuição das empresas do município por tempo de existência, 2018....	32
Figura 26 - Museu Rodin Bahia / Brasil Arquitetura	37
Figura 27 - Edifício Storck em fase de construção entre os anos de 1925 e 1929.....	43
Figura 28 - Edifício Storck em fase de construção entre os anos de 1925 e 1929.....	43
Figura 29 - Edifício Storck em meados de 1930	43
Figura 30 - Detalhes da fachada voltada para a Rua Barão do Triunfo.....	44
Figura 31 - Edifício Storck em fevereiro de 2020.....	44
Figura 32 - Setorização dos usos da edificação	45
Figura 33 - Acervo de peças acomodado no 3º pavimento	46
Figura 34 - Divisão dos acervos entre peças e documentos.....	46
Figura 35 - Peças que compõem parte do acervo do Museu	47
Figura 36 - Intervenções na construção original em destaque.....	48
Figura 37 - Fachada frontal voltada para a Rua Osvaldo Aranha.....	49
Figura 38 - Fachada lateral voltada para a Rua Barão do Triunfo	49
Figura 39 - Planta baixa térreo.....	50
Figura 40 - Planta baixa 2º pavimento	50
Figura 41 - Planta baixa 3º pavimento	51
Figura 42 - Planta de cobertura.....	51
Figura 43 - Patologias no interior e exterior da edificação	52
Figura 44 - Foto aérea de Venâncio Aires em meados de 1930	53
Figura 45 - Mapas Brasil, RS, Vale do Rio Pardo e Venâncio Aires.....	55
Figura 46 - Municípios vizinhos	56
Figura 47 - Diagrama de acessos.....	56
Figura 48 - Imagem aérea da zona urbana de Venâncio Aires	57
Figura 49 - Evolução do IDH em Venâncio Aires.....	58
Figura 50 - Escolaridade no município	58
Figura 51 - Distribuição da população por zona e por sexo.....	59
Figura 52 - Expectativa de vida e envelhecimento.....	59

Figura 53 - Pirâmide etária.....	60
Figura 54 - Frota de veículos automotres 2009-2019	60
Figura 55 - Balonismo em Venâncio Aires	62
Figura 56 - Feira de artesanato no calçadão da Praça Evangélica	63
Figura 57 - Rota do Chimarrão	65
Figura 58 - Equipamentos principais da zona urbana	66
Figura 59 - Implantação do terreno	67
Figura 60 - Remembramento dos lotes.....	68
Figura 61 - Ocupação dos lotes.....	68
Figura 62 - Edificações a serem removidas	69
Figura 63 - Área de intervenção com a pré-existência	69
Figura 64 - Usos do entorno	70
Figura 65 - Alturas das edificações do entorno.....	70
Figura 66 - Skyline atual visto pela Rua Osvaldo Aranha	71
Figura 67 - Skyline atual visto pela Rua Barão do Triunfo.....	71
Figura 68 - Skyline com remoção das edificações visto da Rua Osvaldo Aranha	71
Figuras 69 e 70 - Rua Osvaldo Aranha coberta por Tipuanas	71
Figura 71 - Rua Júlio de Castilhos.....	72
Figura 72 - Fundos do terreno da Valecross	72
Figura 73 - Topografia do terreno Valecross	72
Figura 74 - Zoneamento urbano	73
Figura 75 - Quadro de usos e ocupação do solo.....	73
Figura 76 - Programa de necessidades (setores).....	76
Figura 77 - Estrutura do programa de necessidades	76
Figura 78 - Programa de necessidades (apoio)	77
Figura 79 - Áreas totais do programa de necessidades	77
Figura 80 - Referenciais para deslocamento em pé	79
Figura 81 - Dimensões do módulo de referência (M.R.).....	79
Figura 82 - Dimensões para deslocamento em linha reta para P.C.R.....	80
Figura 83 - Área para manobras de cadeira de rodas sem deslocamento.....	80
Figura 84 - Assentos para pessoas em cadeira de rodas.....	80
Figura 85 - Espaços para P.C.R. em fileira intermediária	81
Figura 86 - Usos da edificação.....	81
Figura 87 - Palacete das artes.....	84
Figura 88 - Edificação nova	85
Figura 89 - Relação entre o existente e o novo	85
Figura 90 - Praça das Artes.....	86
Figura 91 - Relação do terreno com o entorno	87
Figura 92 - Diversidade urbana.....	87
Figura 93 - Croqui da Praça das Artes.....	88
Figura 94 - Esquema programático da Praça das Artes.....	88
Figura 95 - Corte longitudinal da Praça das Artes.....	89
Figura 96 - Relação do espaço externo com o espaço interno	89
Figura 97 - MASP visto de cima	90
Figura 98 - Estudo para ocupação do Belvedere.....	90
Figura 99 - Setor vermelho do parque Superkilen.....	91
Figura 100 - Equipamentos urbanos	91
Figura 101 - Parque de los pies descalzos	92
Figura 102 - Crianças e adultos se divertindo com água	92

LISTA DE SIGLAS

- ODS** Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
- IPHAN** Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
- MEC** Ministério da Educação e Cultura
- SABRA** Sociedade Artística Brasileira
- PPS** Project for Public Spaces
- ICOMOS** Conselho Internacional de Monumentos e Sítios
- UNESCO** Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
- ICCROM** Centro Inter. de Estudos para a Conservação e Restauro de Bens Culturais
- PNPI** Programa Nacional do Patrimônio Imaterial
- NUCVA** Núcleo de Cultura de Venâncio Aires
- PL** Projeto de Lei
- IBGE** Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- ICOM** Conselho Internacional de Museus
- IPHAE** Insituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado
- PMVA** Prefeitura Municipal de Venâncio Aires
- IDHM** Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
- SEBRAE** Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
- UNISC** Universidade de Santa Cruz do Sul
- ATURRCHIM** Associação de Turismo Rural Rota do Chimarrão
- LIC** Lei de Incentivo à Cultura
- 

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
1 TEMA	11
1.1 Apresentação do tema	11
1.1.2 Jardim da cidade: uma busca pela pluralidade cultural	13
1.1.3 Justificativa da temática escolhida	14
1.2 O espaço público como lugar de encontro.....	15
1.2.1 Importância da escala humana.....	16
1.2.2 Placemaking.....	18
1.2.2.1 Espaços públicos bem sucedidos.....	22
1.2.3 Apropriação do espaço público pela iniciativa privada	23
1.2.4 Imagem da cidade.....	25
1.2.4.1 Breve olhar à cidade de Venâncio Aires	25
1.3 Produção Cultural	27
1.3.1 Aspectos sobre a cultura no Brasil.....	28
1.3.2 A cultura para o desenvolvimento humano	30
1.3.3 Economia criativa.....	31
1.3.4 Cultura: O combustível para a prática dos ODS.....	32
1.4 Pré-existência e Patrimônio	34
1.4.1 Construindo no construído.....	35
1.4.2 Educação patrimonial.....	38
1.4.3 Diretrizes para patrimônio	39
1.4.4 Casa de Cultura de Venâncio Aires	42
1.4.4.1 Acervo museológico.....	46
1.4.4.2 Tombamento e estado atual.....	48
1.4.4.3 Raízes com a comunidade	53

2 ÁREA DE INTERVENÇÃO	55
2.1 A cidade	55
2.1.1 Cultura e Arte em Venâncio Aires	61
2.1.1.1 Rota do Chimarrão	63
2.2 O terreno	66
2.2.1 Análise do entorno.....	70
2.2.2 Plano diretor.....	73
3 INTRODUÇÃO AO PROJETO.....	75
3.1 Programa de necessidades	75
3.2 Instrumentos para viabilizar o projeto	77
3.3 Condicionantes legais.....	79
4 REFERENCIAIS ARQUITETÔNICOS	84
4.1 Museu Rodin Bahia / Brasil Arquitetura	84
4.2 Praça das Artes / Brasil Arquitetura	86
4.3 MASP / Lina Bo Bardi.....	90
4.4 Superkilen / BIG + Topotek1 + Superflex.....	91
4.5 Parque de los pies descalzos / Felipe Uribe de Bedout.....	92
5 REFERÊNCIAS	94





INTRODUÇÃO

O presente estudo compõe a primeira etapa do trabalho de conclusão do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade do Vale do Taquari. Esta análise busca compreender o tema da pesquisa, para ser aplicada no desenvolvimento da segunda etapa, que refere-se ao Trabalho de Conclusão de Curso II, para o qual será desenvolvido uma proposta arquitetônica - um **Parque Cultural** com a apropriação da edificação histórica que atualmente abriga o museu de Venâncio Aires no Rio Grande do Sul.

Inicialmente serão apresentados o tema proposto e a forma que foi moldada a denominação de Jardim da Cidade para o nome deste trabalho. O coração do projeto vem na sequência, com os objetivos propostos que irão embasar todo o pensamento no decorrer desta monografia. Ainda no primeiro capítulo são apresentados os três eixos que idealizam o projeto: o espaço público pensado para pessoas, o fomento da cultura através de equipamentos culturais e a valorização do patrimônio histórico. Este capítulo retrata os aspectos da cultura no Brasil e o modo que o desenvolvimento humano é influenciado pela cultura através de uma perspectiva filosófica, além de revelar o espaço público como lugar de encontro na cidade, expondo a necessidade de promover espaços vivos no meio em que vivemos. A importância do patrimônio cultural e o atual estado da Casa de Cultura de Venâncio Aires também são apresentados neste capítulo inicial.

Já o segundo capítulo, explora a área de intervenção percorrendo pelo contexto histórico da cidade até chegar no terreno escolhido e seus condicionantes. Neste capítulo, também será apresentado o cenário atual em que se encontram as atividades promovidas pela Secretaria de Educação e Cultura do município. O terceiro capítulo destina-se ao programa de necessidades do projeto proposto e aos instrumentos para viabilização do parque cultural. Por fim, análises de referenciais arquitetônicos pertinentes ao tema concluem o repertório desta monografia.



1 TEMA

O tema proposto para o Trabalho de Conclusão de Curso refere-se a um **Parque Cultural**, abraçado a uma edificação histórica pré-existente no centro de Venâncio Aires - Rio Grande do Sul. Este complexo cultural será batizado de Jardim da Cidade, remetendo ao espaço tradicionalmente conhecido em nossos lares. O presente capítulo traz a apresentação do tema, o conceito e os objetivos relevantes da proposta.

1.1 Apresentação do tema

Ao longo da história, os tradicionais jardins que temos em nossos lares foram ganhando sentidos diversos, desde um espaço para o encontro do homem consigo mesmo, a um lugar para o homem se conectar com a natureza. De certa forma, criamos com o jardim uma espécie de microclima que utilizamos para descansar, relaxar, praticar uma leitura, entre outras atividades. Na antiguidade, mais especificamente nos desertos, a água, o alimento e a sombra, eram princípios fundamentais de um jardim (FARIELLO, 2004).

O jardim pode ser visto como um oásis no deserto, assim como um refúgio na nossa morada. Por muitas vezes, esse espaço faz-se a parte mais alegre e bonita do nosso lar, pois além de ser um local utilizado para descansar, é um território que usamos para cultivar algumas plantas e isso faz com que criemos um ambiente vivo e colorido.

No contexto cidade, o “oásis” é o espaço público, pois estamos vivendo um cenário em que habitações estão cada vez menos conectadas com o entorno, além de políticas urbanas que priorizam os veículos e desprezam as pessoas, caracterizando a cidade como um deserto (Figura 01). Essa negligência da dimensão humana, faz com que busquemos incansavelmente por locais que nos transmitam a sensação de tranquilidade. Ainda assim, esses lugares por muitas vezes são espaços que estão segregados na cidade, dificultando o acesso para quem não possui um meio de locomoção.

Nós humanos, relacionamos o termo “saudável” com o que é natural e nesse caso, buscamos espontaneamente áreas onde a cor verde predomina, pois se existe vegetação, o clima é diferente, o espaço urbano é valorizado, a poluição sonora é menor e a fauna existente começa aparecer. A população de Venâncio Aires carece por locais de lazer e

cultura, e essa demanda aumenta a cada dia, fazendo com que as pessoas recorram aos espaços públicos da cidade em busca de lazer e descanso, tornando-os cada vez mais necessários. A relação entre a falta por espaços abertos e a ausência de locais para promover a diversidade cultural no município, incentivaram a escolha do tema e a problemática que será abordada neste trabalho.

Figura 01 - Ilustração do Jardim da Cidade como “oásis” em Venâncio Aires

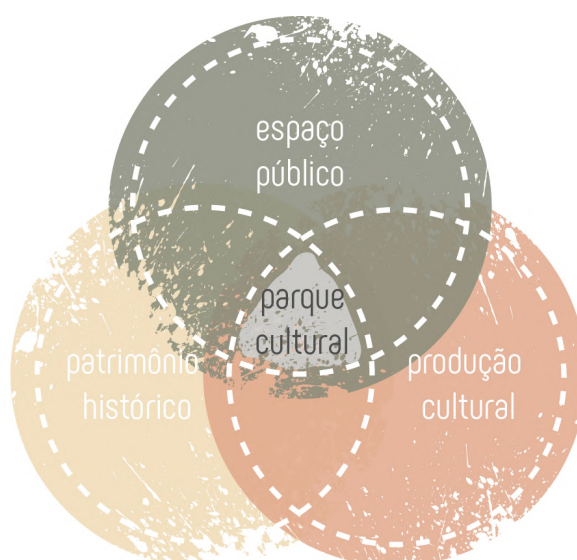


Fonte: Autor, 2020.

1.1.2 Jardim da cidade: uma busca pela pluralidade cultural

Jardim da Cidade será um conjunto de espaços públicos e privados com o propósito de promover a diversidade cultural, oportunizando locais adequados para as expressões artísticas, uma agenda cultural para o município e um modelo de economia criativa que provoque a geração de valor econômico através de ações culturais e intelectuais. O parque cultural proposto será o resultado extraído da articulação de três elementos: a valorização do patrimônio histórico, o fomento da cultura através de equipamentos culturais e o foco na escala humana, tratando o espaço público como lugar de encontro e aprendizado.

Figura 02 - Diagrama estruturador da proposta



Fonte: Autor (2020)

A proposta de intervenção é para a zona central de Venâncio Aires, apropriando-se da Casa de Cultura para incentivar a preservação da edificação com valor histórico para o município. O conjunto cultural proposto será composto por espaços abertos que vão conectar a Rua Osvaldo Aranha com a Rua Júlio de Castilhos, tornando-se em um eixo peatonal. A ideia é despertar nas pessoas o seu papel de participação no espaço público, compreendendo que o simples fato de percorrer um caminho, faz com que o espaço se torne vivo, seguro e sustentável. Esse eixo caminhável vai permear todos os equipamentos que serão propostos, bem como a edificação pré-existente que abrigará o Museu da cidade.

O projeto tem como princípio promover a produção cultural em todas as suas dimensões, estabelecendo um espaço de integração e de trocas, bem como a diversidade cultural e também o valor simbólico, devolvendo para a cidade sua identidade e restituindo para a população a sensação de pertencimento ao lugar. Para tanto, uma série de objetivos delineiam o conceito deste projeto:

- **Conceber um articulador da vida social: O espaço público.**
- **Valorizar a ideia do convívio, do compartilhamento, da coletividade, da diversidade e da multiplicidade.**
- **Gerar diversas perspectivas culturais para a democratização do espaço público.**
- **Explorar diversos usos dos espaços públicos com atividades distintas, descobrindo as experiências que os espaços permitem e transformando-os em ambientes de aprendizagem.**
- **Estimular a discussão do direito à cidade, promovendo a conscientização da comunidade quanto ao seu papel de agente criador e transformador do espaço público e sua responsabilidade frente à conservação do patrimônio natural e construído.**
- **Promover a educação patrimonial.**

1.1.3 Justificativa da temática escolhida

Venâncio Aires apresenta um histórico de adesão bastante positivo em relação às atividades culturais oferecidas pela Secretaria de Cultura e Esporte do município. Atualmente, o espaço mais utilizado para eventos culturais é o Largo do Chimarrão - rua situada em frente à Igreja São Sebastião Mártir e ao lado do Hospital São Sebastião Mártir. Dessa forma, apesar do uso intenso, fica evidente que não é o local mais adequado para a realização de eventos culturais, considerando a poluição sonora que atinge os pacientes do hospital. Além disso, a população se apropria do entorno da Igreja nos finais de semana para encontrar amigos e tomar chimarrão, expondo a falta de equipamentos urbanos e a necessidade por mais espaços públicos de convivência na cidade.

A cultura é um direito que está previsto em lei como algo essencial ao cidadão e o poder público é o responsável para promover a todos e a todas o uso desses direitos através de políticas públicas que concedem o acesso aos bens culturais. Fomento e Incentivo à Cultura (PL nº 6722/2010).

O tema foi estabelecido tendo em vista a carência que Venâncio Aires possui em relação aos espaços de lazer e cultura, alinhando com a necessidade de recuperar uma edificação de valor histórico e sentimental para a história da cidade e sua população.

Torna-se necessário este projeto para oportunizar uma agenda cultural para atividades diversas a toda comunidade e também resgatar e fomentar novas lembranças na memória dos moradores da capital nacional do chimarrão.

1.2 O espaço público como lugar de encontro

Ao longo da história, o espaço da cidade atuou como local de encontro em diversas esferas da sociedade. Pessoas conversavam, trocavam olhares e sorrisos, realizavam compras e vendiam mercadorias, artistas se apresentavam por todos os lugares, entre outras práticas. No século XX, a cidade manteve sua função de local de encontro social, mas foi invadida pela ocupação dos automóveis (JAN GEHL, 2013).

No ano de 1961, a escritora Jane Jacobs¹ levantou uma discussão com seu livro “morte e vida nas grandes cidades”, apontando que a ideologia modernista que desune os usos da cidade e realça o edifício individual, assim como o aumento do tráfego de veículos, acabariam com o espaço urbano e com a vida na cidade, deixando as cidades sem pessoas e consequentemente sem vida. As discussões permaneceram, mas a vida na cidade continuou sendo espremida, perdendo cada vez mais seu espaço. Isso fez com que a maioria das atividades fossem concentradas nos centros urbanos, segregando esses espaços da cidade e transformando muitos pedestres em motoristas.

Ainda no século XX começaram a aparecer esforços para vencer a crescente de automóveis no meio urbano. No entanto, as medidas encontradas para acalmar a pressão do tráfego foram novas vias e mais estacionamento, o que acabou gerando mais trânsito e congestionamento (JAN GEHL, 2013). Pode-se concluir então, que a cidade tem o volume de tráfego que a infraestrutura permite, sendo que o aumento de vias apenas servirá como um convite para o aumento de veículos na cidade. Quando ampliamos a quantidade de faixas de rolamento, aumentamos o tráfego de veículos. Então se o espaço público for aprimorado e redimensionado, estaríamos aumentando o número de pessoas que utilizam esse espaço? Sim, tudo é uma questão de convites.

“Primeiro nós moldamos as cidades
– então, elas nos moldam”

Jan Gehl

O arquiteto Jan Gehl², defende em seu livro “cidade para as pessoas”, a ideia de que a população se move pela cidade através de convites. Os arquitetos em geral, dispõem de um papel social fundamental nesse processo, pois o planejamento urbano nesse caso, pode influenciar consideravelmente no uso do espaço pela população, além de estabelecer padrões sociais e econômicos para a cidade.

Nas imagens abaixo, pode-se perceber que um espaço público sem infraestrutura implica diretamente no uso pelas pessoas e um lugar com infraestrutura atrai pessoas e promove a vitalidade urbana.

¹ Jane Jacobs: Jane Butzner Jacobs (1916 - 2006), foi uma escritora e ativista política do Canadá. Utilizou de discursos revolucionários para criticar as práticas de renovação do espaço público da década de 1950 nos Estados Unidos.

² Jan Gehl: Arquiteto e urbanista nascido em 1936, é dinamarquês e construiu sua carreira com base no princípio de melhorar a qualidade de vida urbana através de políticas urbanas a favor de pedestres e ciclistas.




Figura 03 - Praça Evangélica, Venâncio Aires, Brasil | Figura 04 - The Goods Line, Sydney, Australia
Fontes: Autor (2020) | worldlandscapearchitect.com

É preciso, mais do nunca, uma política de planejamento urbano voltada à escala do pedestre, sendo necessário um entendimento que o espaço público deve ser abordado como lugar de encontro. Dessa forma, poderá garantir o acesso e a oportunidade para que todos os grupos da sociedade pratiquem atividades culturais. A partir do momento em que deixamos o espaço da cidade com vida, criamos espaços que possibilitam que as pessoas se sintam mais seguras ao experimentar os valores humanos reproduzidos em diversos contextos, e assim, desenvolvemos naturalmente cidades saudáveis que fomentam a produção cultural.

Mas como encarar o século XXI, era da tecnologia? Em anos recentes, os meios de comunicação avançaram significativamente e possibilitaram o contato fácil entre pessoas no mundo inteiro, mas isso não fez com que as pessoas deixassem de sair de suas residências privadas. Vivemos um momento em que a tecnologia não compete com o espaço público, mas sim, o complementa. Muitos encontros, atividades, manifestações, entre outros eventos, são promovidos através da internet, antes de acontecer o encontro no espaço físico, deixando evidente que ambos são necessários.

1.2.1 Importância da escala humana


Segundo Jan Gehl, a dimensão humana tem sido um item do planejamento urbano que foi negligenciado e tratado como algo desnecessário por muito tempo. Ao longo dos anos, os espaços da cidade deixaram de se relacionar com a própria cidade, tornando a individualidade o foco principal de muitos projetos, como vemos nos condomínios fechados, autossuficientes e indiferentes em relação ao entorno imediato. Uma característica comum que podemos observar em quase todas as cidades, é que independente da localização, economia ou grau de desenvolvimento, as pessoas que utilizam o espaço público são agredidas pelos obstáculos, poluição, ruído, condições péssimas de uso e por muitas vezes, o risco de acidentes. A direção dos acontecimentos, não só fez com que as pes-



soas trocassem a caminhada por um veículo, mas também segregou as funções sociais e culturais na cidade, ou seja, o que antes acontecia homogeneamente, agora acontece em lugares específicos da cidade, reduzindo a função do espaço da cidade como local de encontro.

Quando o espaço urbano tem vida, temos também muitas trocas entre a sociedade. As atividades sociais fazem com que a presença de outras pessoas seja necessária e isso estimula a comunicação entre as mesmas. É importante que saibamos que no meio urbano existem duas formas de contato, passivo e ativo. O contato passivo é quando observamos e ouvimos o que está acontecendo ao nosso redor, e essa forma de contato é a atividade mais difundida em qualquer lugar e a mais fácil de ser influenciada pelo planejamento urbano. Quando as pessoas se cumprimentam e conversam, já pode ser caracterizado como contato mais ativo, e por muitas vezes, através desses breves cumprimentos pode acontecer um contato mais amplo, com novos assuntos e interesses comuns e assim novas amizades podem surgir espontaneamente. Por meio desses contatos, podemos experimentar a vida na cidade e formar um princípio, unificando informações sobre a sociedade em que estamos vivendo. Jan Gehl (2013).

Segundo Hávamál (GEHL, 2013, p.23), “O homem é a maior alegria do homem” - essa afirmação trata-se de um poema islandês citado por Jan Gehl em seu livro “cidade para pessoas” para descrever o interesse do ser humano por outras pessoas. Gehl nos faz refletir sobre a nossa atração pela vida em movimento ao comparar nossa vida desde o nascimento com o nosso entorno próximo. Os bebês quando estão em seus berços, esforçam-se para enxergar o máximo dos movimentos de seus pais e mais tarde engatinhar pela casa para acompanhar o movimento. Crianças com mais idade tendem a levar seus brinquedos até a sala ou cozinha para ficarem onde a ação acontece. No mundo inteiro, pessoas que frequentam cafeterias e bares de calçada, voltam-se para o movimento, que supostamente é a atração da cidade. A vida e a atividade devem ser consideradas como uma atração urbana, pois as pessoas se reúnem onde as coisas acontecem e naturalmente conhecem outras pessoas.



Figuras 05 e 06 - Pessoas atraídas pela vida na cidade em Estrasburgo, França



Fonte: Livro Cidade para Pessoas, Jan Gehl, p.23-24.

Conclui-se que a escala humana deve ser o foco de qualquer projeto e ser utilizada para que as pessoas sejam atraídas para caminhar e permanecerem no espaço da cidade. Para Jan Gehl, a cidade precisa ter uma vida urbana versátil e isso depende dos convites que as pessoas recebem para utilizar o espaço. Mas o que são esses convites? Os incentivos para a utilização do espaço são nada menos que boas oportunidades para caminhar e permanecer, como por exemplo a qualidade física do espaço urbano, assim como a segurança, o mobiliário, qualidade visual e diversas outras características que vão de encontro com uma cidade viva, segura e sustentável.

1.2.2 Placemaking

A palavra em inglês no título deste capítulo pode ser traduzida para o português como "fazendo lugares". *Placemaking* é um conceito que surgiu na década de 80 e foi difundido pela *Project for Public Spaces* (PPS) - Organização sem fins lucrativos dos Estados Unidos, que opera promovendo juntamente com a participação da comunidade, inovações nos processos de planejamento, criação e gestão dos espaços públicos, orientando e ajudando a população a criar e manter seus espaços de convívio. PPS foi a primeira organização a conectar pessoas, suas ideias e instituições que pensam a favor da criação de espaços vivos para a sociedade, através de centros que aprimoraram as práticas e recursos sobre *placemaking* (HEEMANN, 2015; SANTIAGO, 2015; texto digital, p. 05).

Apesar da *Project for Public Spaces* já ter utilizado o termo *placemaking* no início dos anos 90, o pensamento já havia ganhado força em 1960, quando Jane Jacobs e William Whyte³ apresentaram novas ideias sobre o modo de projetar cidades para pessoas e não apenas para os carros. Jacobs, incentivou as pessoas a se apropriar do espaço público e Whyte esboçou princípios para a criação de ambientes vivos em espaços públicos. A aplicação da sabedoria desses dois pioneiros urbanos e também de outros, como Jan Gehl por exemplo, fez com que a *Project for Public Spaces* desenvolvesse uma

³ William Whyte: William Holingsworth Whyte (1917 - 1999), foi um urbanista americano, analista organizacional, jornalista e observador de pessoas que estudava o comportamento humano em ambientes urbanos.

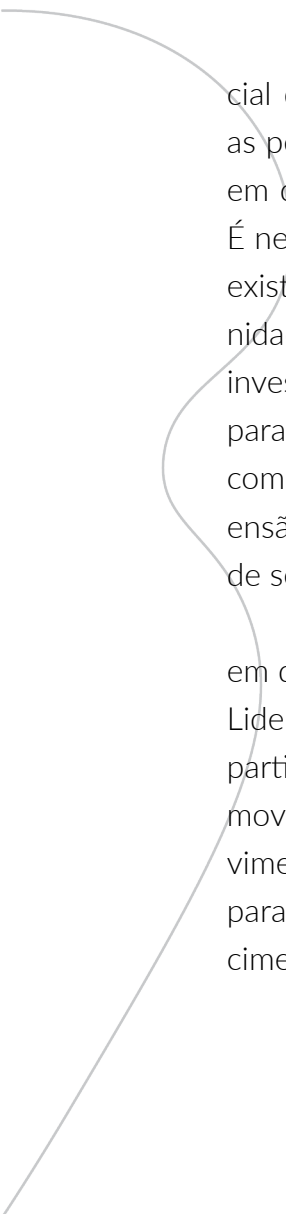


abordagem ampla sobre o assunto, tornando-se a maior referência em *placemaking* no mundo (PPS, 2020).

A PPS trata o *placemaking* como uma ferramenta prática para melhorar um determinado lugar, mas também um conceito que nos faz refletir sobre nossa importância no espaço público. *Placemaking* é um facilitador para a criação de atividades culturais, econômicas, sociais e ambientais que definem o espaço e dão suporte para a sua evolução.

“É preciso de um lugar para criar uma comunidade.
E de uma comunidade para criar um lugar”

Jeniffer Heemann; Paola C. Santiago; Guia do espaço público



Quando o processo de *placemaking* é produzido, são criados valores no potencial da comunidade, promovendo espaços públicos que geram felicidade e saúde para as pessoas. O modo que a *Project for Public Spaces* trabalha com *placemaking* consiste em dialogar com as pessoas que vivem, trabalham ou frequentam determinado espaço. É necessário olhar, ouvir e perguntar com o objetivo de entender sobre as necessidades existentes pelas pessoas no ambiente em que vivem. As informações extraídas da comunidade são utilizadas para a elaboração de um olhar compartilhado do espaço. Após a investigação, poderá ser desenvolvido um planejamento estratégico de implementação para melhorar o espaço e a vida das pessoas que o utilizam. Os desejos e anseios da comunidade são fundamentais para o processo de *placemaking*, apesar disso, a compreensão do lugar também incentiva a conexão social e deixam as iniciativas mais próximas de serem bem sucedidas (HEEMANN, 2015; SANTIAGO, 2015; texto digital, p. 09-12).

No Brasil, o movimento começou a ganhar mais visibilidade a partir de 2014, ano em que foi criado o portal online⁴ do espaço público e também o Conselho Brasileiro de Lideranças em *Placemaking*. Desde então, diversos movimentos foram surgindo com a participação da comunidade, além de muitas atividades promovendo a cultura local. Os movimentos promovidos pelos coletivos e organizações reforçam a ideia de que o envolvimento da comunidade no processo de criação e participação das atividades é essencial para gerar espaços públicos bem sucedidos, pois a interação cria o sentimento de pertencimento ao lugar e promove espaços mais coesos e resilientes.

⁴ Portal online: Comunidade brasileira de placemakers (www.placemaking.org.br/).

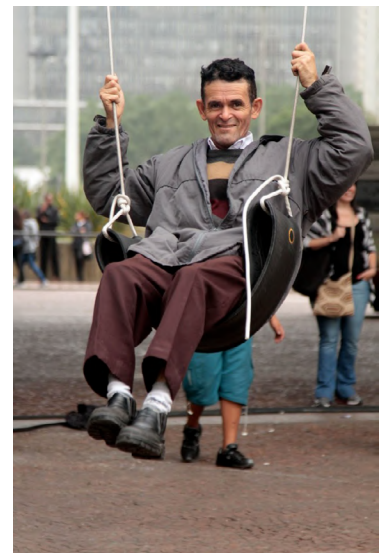
A BATATA PRECISA DE VOCÊ



Figuras 07 e 08 - Largo da Batata, SP (Fonte: Piseagrama.org)

“O coletivo A Batata Precisa de Você acredita que para termos uma cidade mais humana, é necessário articular as pessoas para que elas vejam o espaço público como uma oportunidade para a intervenção e a reinvenção”
(<http://largodabatata.com.br/>)

BASURAMA | A cidade é para brincar



Figuras 09 e 10 - Vale do Anhangabaú, SP (Fonte: Basurama.org)

“Que seria da cidade sem brinquedos, sem balanços, sem árvores e sem pessoas desfrutando de tudo isso? Vãos vazios sob viadutos cheios de carros, sobre rios enterrados”
(<http://basurama.org/pt-br/>)

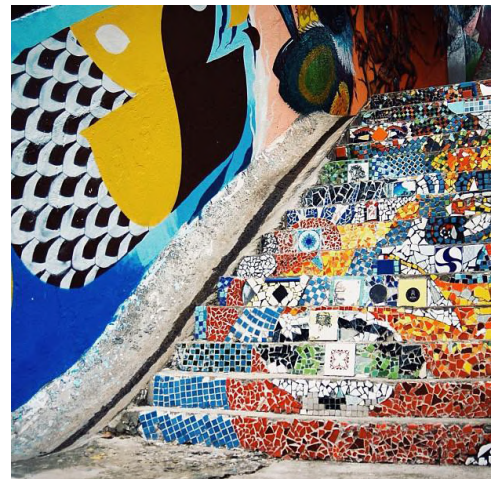
CONEXÃO CULTURAL | Game place



Figuras 11 e 12 - Atividades de game place com a comunidade, SP (Fonte: Facebook Conexão Cultural)

“Transformamos espaços nas cidades,
conectamos as pessoas com seus lugares
e promovemos acesso a cultura
com diversidade”
(<http://conexaocultural.org/>)

REVITARTE



Figuras 13 e 14 - Revitalização da Escadaria Jardim Monte Azul, SP (Fonte: Facebook Revitarte).

“O Revitarte é um coletivo que tem por objetivo
revitalizar espaços degradados através
da arte e trabalho coletivo”
(<https://www.facebook.com/Revitarte/>)

1.2.2.1 Espaços públicos bem sucedidos

Os espaços urbanos bem sucedidos são lugares onde ocorrem as celebrações, as trocas sociais e econômicas, encontro de amigos e pessoas de idades e gêneros variados, promovendo o encontro de culturas e transformando-se em um grande palco para o melhor espetáculo, chamado de vida pública.

Figura 15 - Pop Up Beer Garden - Louisville, Kentucky, EUA



Fonte: Cortesia da ReSurfaced - Project for Public Spaces - Guia do espaço público

Figura 16 - Conexão Cultural, Museu da Imagem e do Som - São Paulo, Brasil

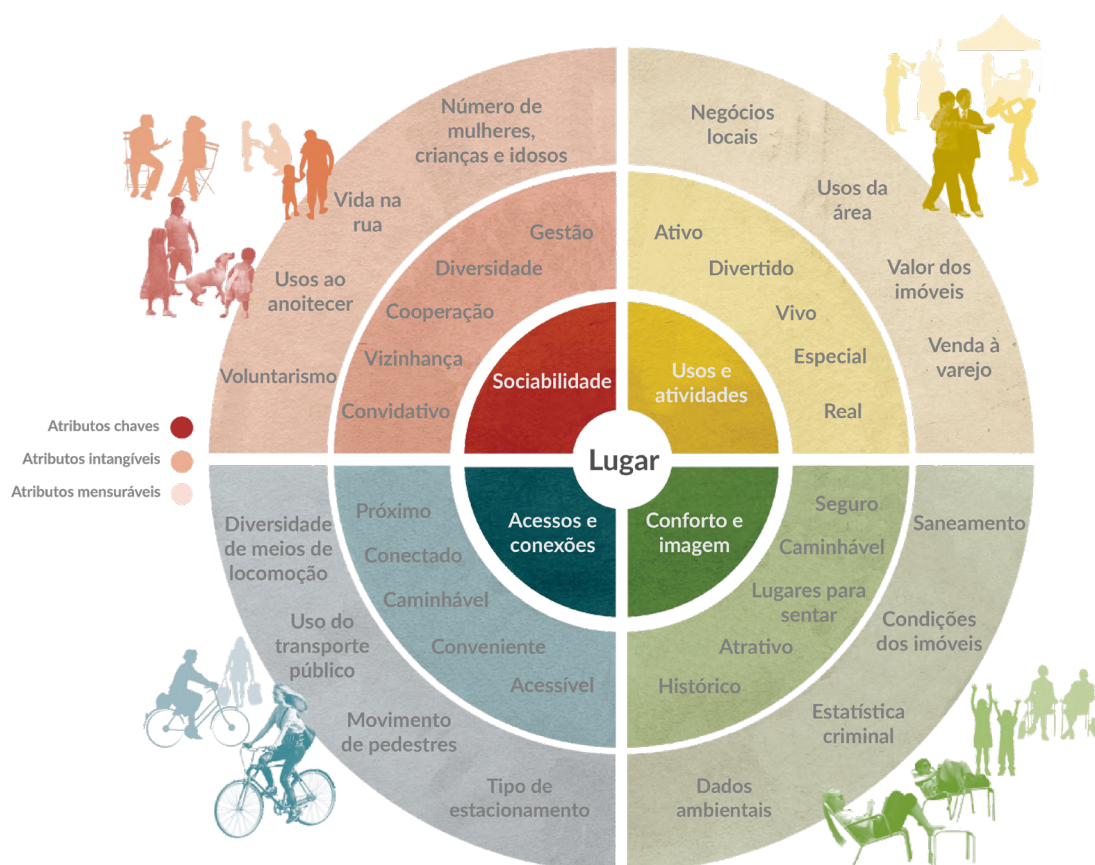


Fonte: Ana Roman - Guia do espaço público

Segundo a Project For Public Spaces, os espaços públicos bem sucedidos apresentam quatro propriedades fundamentais: O espaço deve ser **acessível** para todas pessoas, ser **ativo** promovendo diversas atividades para a utilização efetiva do lugar, ser **confortável** oferecendo mobiliário para descansar e permanecer no local e por fim, ser um espaço público **sociável** oportunizando lugares de encontro.

Para examinar a qualidade do lugar a PSS elaborou um diagrama para ser utilizado como ferramenta de avaliação do espaço público. No centro do diagrama é apresentado o lugar, envolvido por três anéis de atributos, sendo que o anel mais próximo do lugar indica as propriedades chaves para o espaço público ser bem sucedido. O segundo anel mostra aspectos intuitivos e de qualidade, já o terceiro e maior anel, apresenta características que podem ser medidas por meio de estatísticas ou pesquisas.

Figura 17 - Diagrama de critérios para um espaço público bem sucedido



Fonte: Produzido por *Project for Public Spaces*, adaptado por Conexão Cultural e Bela Rua, redesenho do autor (2020).

1.2.3 Apropriação do espaço público pela iniciativa privada

No contexto do urbanismo estamos acostumados a chamar de propriedade pública os espaços na cidade de posse do governo e de propriedade privada os locais com acesso restrito. No entanto, não existe uma definição muito precisa sobre o termo “espaço público”. O que sabemos é que o espaço público é aquele que permite o livre acesso e permanência de pessoas que gostariam de utilizar esse espaço para qualquer finalidade. Desta forma, muitos estabelecimentos privados, como os cafés por exemplo, poderiam ser considerados espaços semipúblicos, já que em muitos casos atuam deste modo.

As pessoas em geral, pensam que a criação de um espaço público é uma tarefa exclusiva do governo, uma vez que já são pagos impostos para esse fim. Mas, mesmo

existindo essa cobrança, não há uma proibição em tornar área privada em espaço público ou de apropriar-se do espaço público através de investimentos. Desta forma, diversos espaços públicos já foram projetados por iniciativa privada visando a valorização do lugar (ANTHONY LING, 2015).

Parque Gulbenkian, Lisboa

O parque faz parte da fundação Calouste Gulbenkian, uma entidade sem fins lucrativos que busca melhorar a vida das pessoas através da cultura. O parque é o jardim da fundação e permite acesso liberado ao público.



Figura 18 - Parque Gulbenkian (Fonte: artchist.blogspot.com)

Seagram Plaza, New York

Seagram foi um projeto de Mies Van der Rohe, que projetou junto ao edifício um espaço público para dar respiro a alta densidade de prédios em Manhattan.



Figura 19 - Seagram Plaza (Fonte: Alex Schwab - Flickr)

Entende-se que a iniciativa privada pode investir em espaços públicos, pois receberá retorno dos usuários e da comunidade. Um espaço que permite que o cliente consuma algum determinado produto, faz com que a marca do empreendimento seja valorizada. Pessoas que se preocupam com o espaço além do produto, são agentes muito importantes na cidade, pois contribuem no fortalecimento da comunidade.

A criação de espaços abertos traz benefícios para os empreendimentos e para os usuários e por isso deve abordado como um investimento e não um prejuízo. O espaço público é um lugar de encontro e isso é um grande atrativo para pessoas, que consequentemente irão consumir os produtos dispostos nesse espaço.

1.2.4 Imagem da cidade

A imagem da cidade é compreendida por representações sociais que se agrupam com imagens visuais e também com as dimensões simbólicas e culturais do imaginário urbano. Para Kevin Lynch⁵, a imagem que cada pessoa faz de sua cidade é singular e tem significados distintos. Cada indivíduo associa a imagem com alguma parte da cidade, sendo que essa imagem está absorvida das memórias de vivências em determinado lugar. Apesar disso, as pessoas e suas atividades são tão valiosas quanto os elementos físicos da cidade.

A percepção da cidade poderá ter significado expressivo se ela for bem organizada visualmente, pois nossa memória é marcada por imagens fortes que aumentam a probabilidade de construção de visões claras sobre a estrutura da cidade. Segundo Lynch, a cidade é como uma obra arquitetônica de grande escala no espaço, algo a ser visto e lembrado. Olhar para a paisagem urbana é como olhar para um conjunto de elementos do qual esperamos que nos proporcione prazer.

"Uma cidade com imageabilidade (aparente, legível ou visível), nesse sentido, seria bem formada, distinta, memorável; convidaria os olhos e ouvidos a uma maior atenção e participação"
(LYNCH, 1960, p. 10)

Kevin Lynch utiliza cinco elementos para estruturar a forma da imagem da cidade: Vias, marcos, limites, pontos nodais e bairros. Outras influências também podem atuar sobre a visão do lugar, como o valor social, a história ou até mesmo o nome de uma área.

Compreende-se então, que os elementos criados por Lynch devem ser utilizados a favor da cidade para fortalecer o significado do lugar e para promover cidades legíveis e organizadas. Cidades ordenadas e fáceis de serem entendidas, fazem com que sejam reconhecidas e lembradas. Desta forma, a proposta de um espaço cultural que será apropriado por muitas pessoas, se tornará um marco principal na imagem da cidade de Venâncio Aires.

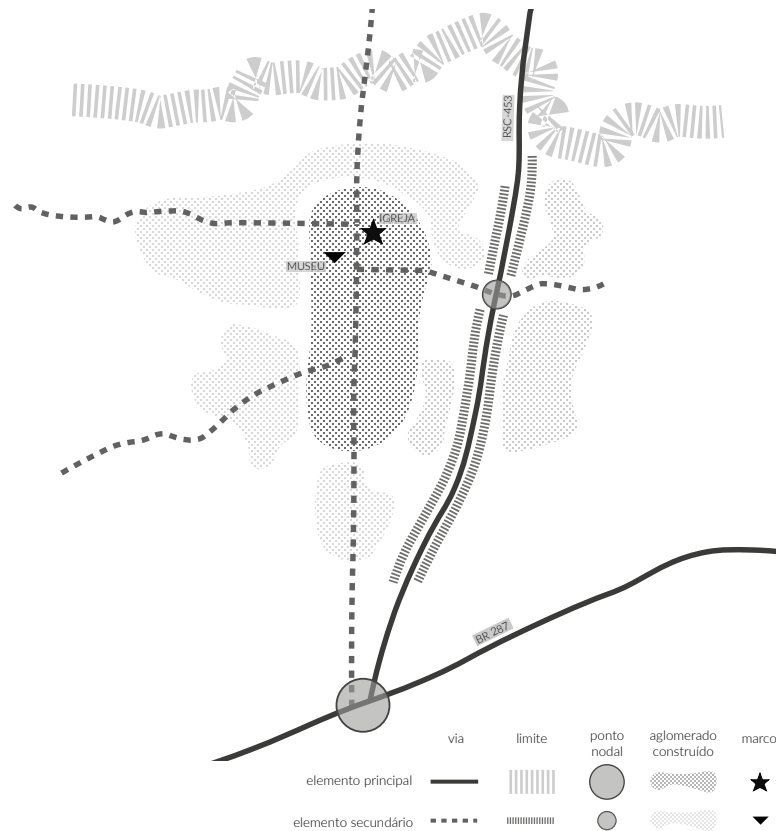
1.2.4.1 Breve olhar à cidade de Venâncio Aires

A imagem da cidade pode ser caracterizada e modificada com o objetivo de criar uma identidade para o lugar. Contudo, essa imagem é singular e própria da imaginação de cada pessoa, pois envolve não apenas elementos físicos, mas também o sentimento e as memórias que vemos e sentimos por perspectivas distintas (LYNCH, 1960). Pela minha perspectiva imaginária, a cidade de Venâncio Aires é marcada por duas rodovias principais

⁵Kelvin Lynch: Kevin Andrew Lynch (1918 - 1984), contribuiu na história do planejamento urbano com pesquisas empíricas sobre como os indivíduos observam, percebem e transitam na paisagem urbana.

que ligam a cidade com os municípios vizinhos, além de setorizar as zonas comerciais, residenciais e industriais. A zona central é definida pela aglomeração de edificações e com a paisagem da Igreja Matriz, caracterizando um marco de extrema importância para a imagem do município. Ao descer a Rua Osvaldo Aranha - via principal da cidade, é possível relembrar do verde que as praças públicas expressam, além de admirar entre elas a edificação histórica que abriga o Museu de Venâncio Aires. Ao fim do centro, uma via se encaminha para a zona rural com paisagens dos morros e quedas de água.

Figura 20 - Mapa mental da zona urbana de Venâncio Aires



Fonte: Autor (2020)

Figura 21 - Igreja São Sebastião Mártir



Figura 22 - Casa de Cultura (Museu)



Fonte: Autor (2020).

1.3 Produção Cultural

A Cultura está ligada a todos os aspectos da vida social e aparece em diversos contextos da vida. Não se pode dizer que a cultura seja algo independente da vida social, pois ela diz respeito ao que carregamos historicamente em nossas memórias e também a realidade onde ela existe.

“Cultura é uma construção histórica, seja como concepção, seja como dimensão do processo social. Ou seja, a cultura não é algo natural, não é uma decorrência de leis físicas ou biológicas. Ao contrário, a cultura é um produto coletivo da vida humana. Isso se aplica não apenas à percepção da cultura, mas também à sua relevância, à importância que passa a ter. Aplica-se ao conteúdo de cada cultura particular, produto da história de cada sociedade. Cultura é um território bem atual das lutas sociais por um destino melhor. É uma realidade e uma concepção que precisam ser apropriadas em favor do progresso social e da liberdade, em favor da luta contra a exploração de uma parte da sociedade por outra, em favor da superação da opressão e da desigualdade”.

(SANTOS, 2006, p. 37-38).

Pode-se afirmar que a cultura é o espaço concebido pelo ser humano para agir a favor do bem comum entre a sociedade e também a favor de outras culturas. É fundamental o entendimento de que existem culturas diferentes, todas legítimas, sem distinção entre ser desenvolvida ou subdesenvolvida, pois o que torna uma cultura digna é sua formação através das intenções e sensibilidades humanas.

A socialização é a chave para que a cultura local seja manifestada. Mas para isso é importante que o indivíduo conheça a si mesmo para entender melhor o ambiente em que está inserido. Deste modo, as expressões artísticas e culturais tornam-se grandes agentes de conhecimento próprio e de inclusão na sociedade.

Desde a era pré-histórica existe no homem uma necessidade pela expressão artística e isso mostra que a arte está enraizada no ser humano. Existem muitas formas de expressões artísticas e cada uma tem um significado diferente, entretanto, todas se harmonizam. A arte permite que o ser humano manifeste seus sentimentos e emoções, e o contato com ela reforça os estímulos e permite a evolução do raciocínio lógico. Desta forma, é importante que o ser humano possa ter acesso a esse bem para que a arte se torne um articulador de inclusão social e também uma ferramenta para a socialização. Ao desenvolvermos o senso artístico, passamos a observar o mundo e assim vamos nos tornando independentes. Por consequência, as expressões artísticas afetam na formação da sociedade desenvolvendo pessoas com capacidade para entender o sentido da vida e observar o mundo (SABRA, 2018).

1.3.1 Aspectos sobre a cultura no Brasil

A cultura tem um papel muito importante em todas as linhas do desenvolvimento humano. A cultura se desenvolve e se torna sólida dentro de uma sociedade através de políticas públicas bem aplicadas. Segundo Carvalho (2007, texto digital, p. 18-33), a importância da cultura já era observada pela Família Real, quando chegaram ao Brasil em 1808. Devido ao bloqueio continental que ocorreu durante as guerras napoleônicas, chegaram ao Brasil diversos artistas europeus, com o objetivo de construir símbolos culturais que mostrassem a presença do império e seu poder. A corte real teve que fazer sua transferência para o Rio de Janeiro em 1808, foi quando o rei D. João VI iniciou um trabalho de estruturação no Brasil, o que começou a oportunizar para a colônia portuguesa sua independência. Neste período foram construídas as primeiras instituições culturais como a Academia de Belas-Artes, O Museu Nacional, a Biblioteca Nacional, entre outras.

A cultura começou a ser um campo político bastante explorado após Getúlio Vargas assumir a presidência do Brasil em 1937. O período governamental de Vargas teve seu ápice com a administração cultural, elaborando políticas públicas para a cultura. Nessa época criou o Ministério dos Negócios da Educação e da Saúde Pública, o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, além de incentivos aos Museus Nacionais, apoiando políticas de conservação do patrimônio histórico. Foi neste mesmo período que o Ministério da Educação e Cultura (MEC) foi criado, uma referência da arquitetura moderna no Brasil, projetado por Lúcio Costa, Oscar Niemeyer e com a consultoria do Le Corbusier. Após o golpe militar de 1964 inicia-se um novo momento que se estende até o início da década de 1980, um período da história marcado pela repressão e pelo autoritarismo. Deste modo, diversas estruturas públicas são criadas nesse período, como o Departamento de Assuntos Culturais do Ministério da Educação, centrando objetivos para mostrar a importância do conjunto de políticas na aglomeração de assuntos culturais. Em 1978 a Secretaria de Assuntos Culturais é criada e em 1981 se torna Secretaria da Cultura da Presidência da República. Escreve a autora (CARVALHO, 2007, texto digital, p. 18-33) que a criação de inúmeras secretarias culturais não impediu que diversas pessoas continuassem sem o acesso a cultura. Este foi um período da história que teve grande ação diante a cultura da população. Governos militares revelaram o interesse de ampliar o papel do Estado e também se mostraram repressivos ao censurar peças de teatro, filmes e outras formas de expressão cultural. Ao mesmo tempo em que eram criadas ferramentas para a expansão da cultura, restringiam-se alguns meios de expressão artística e cultural, retomando os acontecimentos dos anos 30.

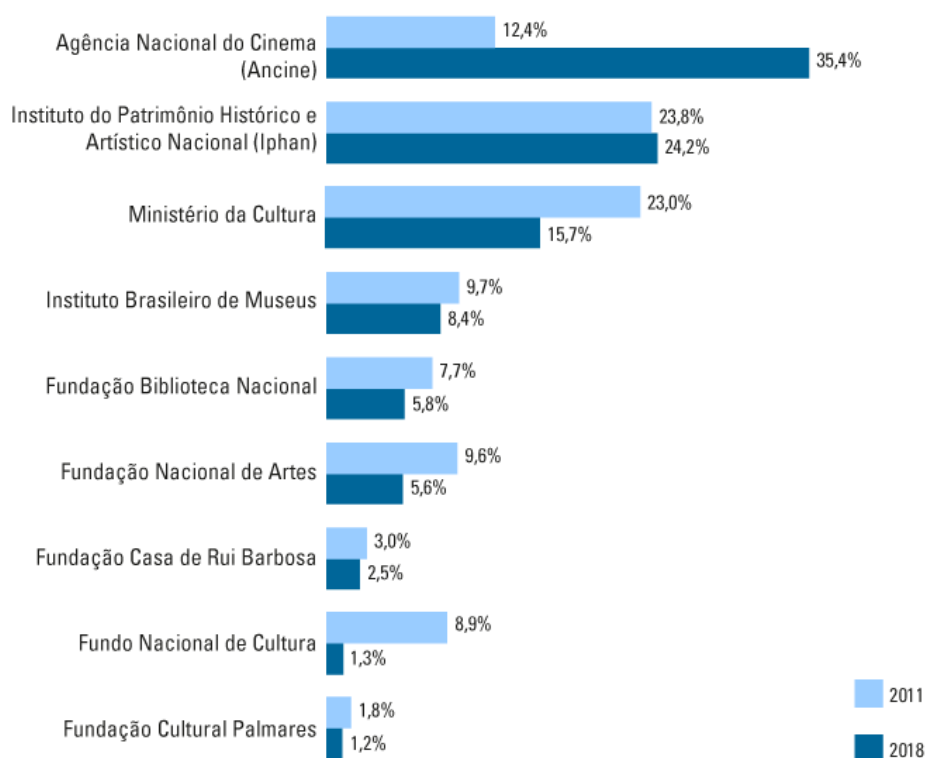
Em 1990 o Brasil tem sua reforma geral e ganha força. De acordo com Carvalho (2007, texto digital p. 18-33), essa força somou-se ao discurso de contenção de despesas públicas como modo de solucionar uma crise fiscal que assombrava o país. Os governos desse período implantaram a Nova Administração Pública, que concede responsabilidades a sociedade sem guarnecer cidadania, através da democratização da administração cultural, deixando assim as responsabilidades para instituições, pela fomentação privada

permitida por lei de incentivo à cultura. Desta forma as empresas podem decidir onde aplicar seus lucros pelo bem da cultura. O estado incentivou também a criação de redes de organizações representativas, como associações, sindicatos e federações, fazendo com que o papel de financiador não ficasse diretamente ligado ao poder público.

Apesar de diversos esforços já realizados para o avanço da cultura no Brasil, o país não vive um bom momento quando voltado ao setor cultural. Em 2018, o setor público destinou para a área de cultura R\$ 9,1 bilhões, valor equivalente a 0,21% do total de despesas da administração pública (IBGE, 2019).

Abaixo, o gráfico (Figura 23) mostra que as despesas do governo por órgãos de cultura vem reduzindo com o passar dos anos, passando de 0,28% em 2011 para 0,21% em 2018. Estes resultados mostram um estancamento e queda dos investimentos ao setor cultural e também marcam um período de perda da importância da cultura nos gastos públicos.

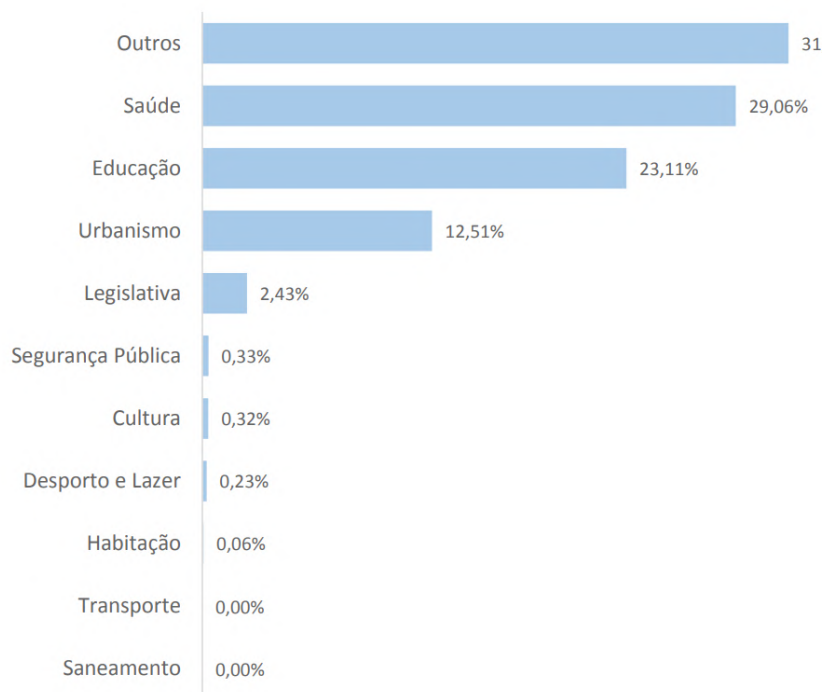
Figura 23 - Despesas do governo federal por órgãos de cultura



Fonte: Sistema de Informações e Indicadores Culturais, IBGE.

O cenário de descaso com o setor cultural, também é refletido na cidade de Venâncio Aires, que no ano de 2018 teve apenas 0,32% de suas despesas voltadas ao gasto com cultura, conforme figura 24.

Figura 24 - Despesas municipais por função, Venâncio Aires, 2018



Fonte: SEBRAE, 2019.

Compreende-se que a nossa identidade é definida por transformações sociais que estão ligadas com o poder e atuação do Estado. A participação da população consegue mudar o rumo de uma determinada sociedade. A dinamização cultural entre as diversas formas de expressões artísticas desperta nas pessoas um olhar para uma melhor condição de vida, deste modo, uma sociedade começa a moldar sua própria identidade. Entende-se que somente a partir da união entre ações políticas com a sociedade será possível encontrar um caminho adequado para a cultura no Brasil.

1.3.2 A cultura para o desenvolvimento humano

A contemporaneidade tem sido representada por um período transitório com quebras em estruturas sociais, imersão de tecnologias, relacionamentos virtuais, entre outros fenômenos. Esses fatos têm criado crises sem precedentes históricos. Em paralelo, estamos vivendo um momento de ruptura de paradigmas, em que vemos aparecer a importância do contexto social na investigação dos fenômenos (GIDDENS, 2000; SHANAHAN et al. 2000; STERN 2000; apud DESSEN, COSTA JUNIOR, org. 2008, p19).

No que se refere ao desenvolvimento humano, o contexto se apresenta como um plano de fundo que permite entender a interatividade entre as modificações que acontecem no indivíduo e no seu ambiente. O contexto está associado às condições de vida e ao ambiente físico e de pessoas que constituem o cenário no qual o indivíduo está inserido (COHEN e SIEGEL, 1991, apud DESSEN, COSTA JUNIOR, org. 2008, p19).

Aspectos que se relacionam ao gênero, à idade ou a etapa da vida, se colocados

em certo contexto, irão assumir características que raramente seriam similares caso fossem examinadas por outras perspectivas contextuais. Sendo assim, para entender as relações entre o indivíduo e o seu ambiente em determinado contexto social, é fundamental um procedimento interdisciplinar e sistemático.

Locke⁶ (1632-1704), Rousseau⁷ (1712-1778) e Kant⁸ (1724-1804), foram os primeiros filósofos que se envolveram com questões evolutivas perante uma perspectiva psicológica. Locke por exemplo, acreditava que após o nascimento do ser humano, a formação de sua psique seria totalmente formada por estimulação do ambiente externo, pois até então, a mente de uma criança poderia ser comparada a um quadro branco. Rousseau e Kant acreditavam na existência de características inatas do ser humano, ou seja, que após o nascimento a criança já tem a formação de sua psique (DESSEN, COSTA JUNIOR, org. 2008, p20). Essas vertentes filosóficas influenciaram o levantamento das teorias da psicologia do desenvolvimento, no século XX. Por um lado, o desenvolvimento humano era entendido como um processo lapidado pelo ambiente externo, tendo como agente formador de seu desenvolvimento, suas próprias experiências após o nascimento. Por outro lado, era entendido que parte do desenvolvimento humano já nascia com o indivíduo.

Entende-se então, que o desenvolvimento humano será um processo a ser moldado pelo ambiente externo e isso faz com que o espaço público tenha importância significativa nesse procedimento, mas também pode ser compreendido que, uma sociedade afetada pelo ambiente externo, nesse caso o espaço público, influenciará diretamente nas próximas gerações.

1.3.3 Economia criativa

O conceito de Economia Criativa surgiu em meados de 2001 com o livro *The Creative Economy*, de John Howkins. Este termo foi definido pelo autor do livro como um conjunto de negócios apoiados no capital intelectual e cultural e na criatividade que promove valor econômico e repensa as relações em comunidade.

Trata-se de uma nova forma de olhar o empreendedorismo, que impõe pluralidade por parte do empreendedor, atenção a novas profissões e tem a economia colaborativa como principal produto. O empreendedorismo criativo é um novo mundo ligado a serviços inovadores, com gente reinventando jeitos de criar, de fazer e entregar valor. É a estimulação da geração de renda enquanto promove a diversidade cultural e o desenvolvimento humano.

O Brasil começou a discutir oficialmente sobre economia criativa em 2011 com a criação da Secretaria da Economia Criativa. Desde então, representantes do mercado financeiro formaram grupos de estudos com o interesse de contribuir com a evolução deste conceito, abrindo espaço para atividades com este conceito. Segundo mapeamento realizado pelo Firjan em dezembro de 2016, a área criativa gerou R\$ 155,6 bilhões

⁶ Locke: John Locke (1632-1704), filósofo inglês, defendia o empirismo.

⁷ Rousseau: Jean Jacques Rousseau (1712-1778), um dos principais filósofos do iluminismo.

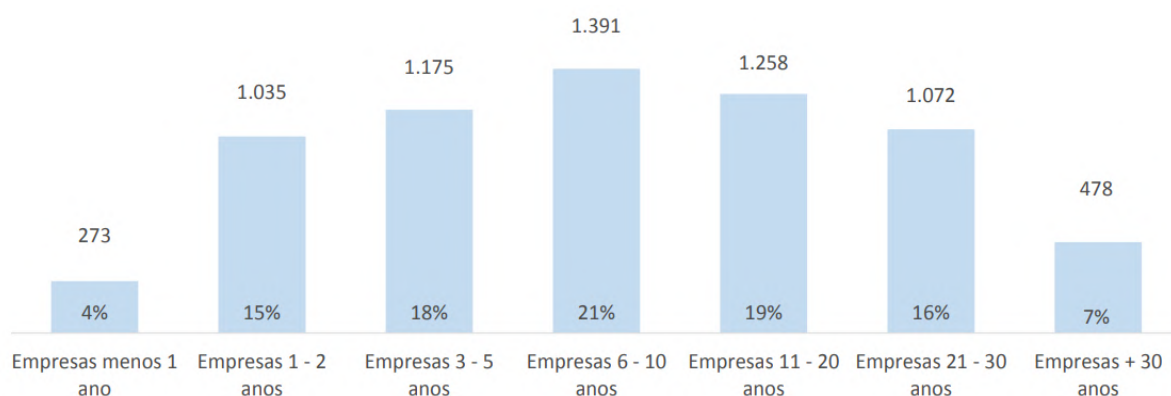
⁸ Kant: Immanuel Kant (1724-1804), principal filósofo da era moderna.

para a economia brasileira no ano de 2015.

A grande vantagem de empreender com este conceito é que mesmo em meio a um período de crise, a economia criativa continua em crescimento no Brasil. Este fato se deve a sua resposta eficaz às adversidades da sociedade, utilizando a criatividade para se adaptar aos processos impostos pelas demandas temporárias de cada situação. Com isso, entende-se que esse setor continuará sendo explorado e difundido cada vez mais no Brasil.

Abaixo, o gráfico (Figura 25) mostra a distribuição das empresas de Venâncio Aires por tempo de existência. Pode-se analisar que a cidade possui muitas empresas conservadoras com bastante tempo de existência. Ao mesmo tempo, nota-se um número significativo de empresas com menos de 1 ano de fundação, expondo uma realidade da cidade, o surgimento de diversos empreendedores. Com esses dados, conclui-se que existe uma demanda por espaços que propiciem a produção da economia criativa e incentive o município a empreender além do produto.

Figura 25 - Distribuição das empresas do município por tempo de existência, 2018




Fonte: SEBRAE, 2019.

1.3.4 Cultura: O combustível para a prática dos ODS

No ano de 2015, líderes mundiais se uniram na sede da ONU com o objetivo de elaborar um plano de ação. Trata-se da Agenda 2030, a qual contém um conjunto de 17 ODS (Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável). O propósito do plano é a erradicação da pobreza, alcançar a paz e prosperidade e também proteger o planeta.

A agenda 2030 e os ODS, afirmam que para seguir um caminho para um mundo sustentável é extremamente necessário adotar medidas transformadoras. Os ODS apresentam uma lista de tarefas para serem cumpridas pelas pessoas até o ano de 2030. Se cumprirmos as metas da agenda, estaremos poupando as gerações futuras dos efeitos adversos da mudança do clima.

A preservação e a produção da cultura contribuem para a aplicação de muitos dos ODS. A prática consciente e efetiva dos objetivos pode resultar de benefícios indiretos



que a cultura proporciona. Nesse sentido, as causas que facilitam a realização das metas, são: Espaço público seguro e sustentável, crescimento econômico, igualdade de gênero, sociedade pacificada e inclusiva e também a redução da desigualdade. Os ODS oferecem mudanças na forma de pensar no que se refere ao desenvolvimento e também crescimento econômico. Os ODS agrupam-se em torno de três pilares: econômicos, sociais e ambientais, sendo a cultura um agente que contribui com cada um desses pilares. Por outro lado os fatores econômicos, sociais e ambientais do desenvolvimento sustentável contribuem para a preservação do patrimônio cultural. Dessa forma, percebe-se que o patrimônio cultural é um recurso que deve receber proteção e ser administrado de forma cuidadosa, pois poderá funcionar como um facilitador para a realização dos ODS. A meta 11.4 “Fortalecer esforços para proteger e salvaguardar o patrimônio cultural e natural do mundo” está presente na ODS 11, “Cidades e Comunidades Sustentáveis”.

O turismo cultural corresponde a 40% das receitas mundiais do turismo, isso impacta diretamente em relação a todos os ODS, mas em especial o ODS 8: “promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todas e todos. O patrimônio cultural que é administrado de forma cuidadosa atrai investimentos no turismo de uma forma sustentável, envolvendo as comunidades locais sem causar danos às áreas do patrimônio. (UNESCO, 2017).

“A cultura é quem nós somos e o que molda a nossa identidade. Colocar a cultura no coração das políticas de desenvolvimento é a única forma de garantir um desenvolvimento centrado no ser humano, inclusivo e equitativo” (UNESCO).

O espaço público democrático, juntamente com a economia criativa, são recursos que possibilitam que mulheres alcancem o seu reconhecimento e empoderamento através de práticas culturais. “Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas” é o objetivo 5 da agenda 2030. Além disso, uma prática de economia criativa local promove a produção de bens locais oferecendo oportunidades adequadas de trabalho. Com isso, enquadra-se na meta 8.3 do ODS 8. Ainda, uma política cultural que promove o comércio de bens locais está descrita na ODS 10. Trata-se de “reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles”.

Conclui-se que um espaço cultural que estimule a reflexão da comunidade pode contribuir e impactar significativamente na implementação e cumprimento dos objetivos da agenda 2030. Para isso, é necessário que o investimento no setor cultural seja ampliado para que no futuro sejam colhidos frutos positivos deste processo.

1.4 Pré-existência e Patrimônio

Para falar de patrimônio cultural é necessário constituir uma noção mais ampla de patrimônio. Para isso, é fundamental olhar para o passado, pois esse termo se deve em grande parte ao período do Renascimento, mais precisamente entre os anos de 1400 e 1500. Foi a partir do Renascimento que a mentalidade do homem começa a buscar na razão da explicação das coisas, uma referência. Inicia-se no Renascimento uma investigação sobre os elementos da arquitetura greco-romana e também os meios de pensar do homem deste período. A partir do momento em que iniciou-se a valorização da cultura antiga, foi dado o primeiro passo para a reflexão sobre patrimônio (CHOAY, 2010).

Foi após a Revolução Francesa que surgiram leis e critérios de conservação para impedir a destruição do patrimônio, pois havia uma preocupação e interesse na preservação de monumentos. O objetivo das leis era preservar os valores históricos de caráter nacionalista que eram transmitidos pelos monumentos, desta forma o interesse da conservação se baseava em garantir a identidade nacional. Após a Segunda Guerra Mundial, a quantidade de bens inventariados aumentou significativamente e com isso, novas ideias de intervenções nas pré-existências foram surgindo. Desde então, a sociedade foi adquirindo maior consciência sobre o valor dos bens existentes e isso fez com que o conceito de patrimônio fosse estendido a todo o conjunto de cidades históricas. Entidades internacionais como a ICOMOS e a UNESCO criaram novos critérios ao longo dos anos para aperfeiçoar as técnicas de salvaguarda dos bens culturais e isso permitiu que a ideia de patrimônio fosse globalizada (INÊS G. SILVA, 2019, texto digital, p. 25).

A palavra patrimônio está ligada ao conjunto de bens, materiais ou imateriais, reconhecidos pela sua importância cultural e pode ser considerado um elemento essencial da cultura que é passado de uma geração para a outra. Deste modo, estabelece uma herança do passado, que simboliza a identidade de uma sociedade, de uma época e de uma cultura. O interesse pela preservação de edifícios históricos decorre da valorização cultural que faz com que a história fique na memória das gerações (CHOAY, 2010).

Segundo Choay⁹, o patrimônio se relaciona diretamente com a cultura, pois todas as partes que integram uma sociedade são frutos da diversidade cultural e de sua preservação. Dessa maneira, a apropriação e preservação do patrimônio faz com que compreendamos melhor o nosso passado e o nosso presente.

“O patrimônio faz recordar o passado; é uma manifestação, um testemunho, uma invocação, ou melhor, uma convocação do passado. Tem, portanto, a função de (re)memorar acontecimentos mais importantes; daí a relação com o conceito de memória social. A memória social legitima a identidade de um grupo, recorrendo, para isso, ao patrimônio” RODRIGUES, Donizete citado por (SILVA, INÊS G; 2019, texto digital, p. 25-26).

⁹ Choay: Françoise Choay (Paris, 29 de Março de 1925), historiadora das teorias e formas urbanas e arquitetônicas, e professora de urbanismo, arte e arquitetura.

As vivências, culturas e memórias fazem com que o indivíduo e a sociedade evoluam, tornando o tempo um agente determinante para a construção das cidades. Os acontecimentos que ocorrem de um período temporal para o outro, deram origem ao patrimônio, representando a identidade de uma sociedade, assim como o reconhecimento dos valores, tradições e culturas de um determinado lugar (CHOAY, 2010).

O Patrimônio contribui com a preservação da identidade histórica e as vivências de um povo. Deste modo, compreende-se que o patrimônio é algo muito valioso para uma sociedade e por isso deve ser preservado para que as gerações futuras tenham acesso a sua história e sua identidade histórica.

Por fim, conclui-se que o patrimônio cultural não deve ser definido apenas para bens antigos, uma vez que o próprio contato com o mesmo, nos faz refletir sobre o nosso pertencimento a um grupo sociocultural. Essa reflexão abre portas para o reconhecimento de diferentes expressões e contribui com a produção constante de cultura.


1.4.1 Construindo no construído

O patrimônio é fundamental no entendimento e valorização de um determinado lugar ou de uma sociedade, e por isso, é muito importante que seja protegido e conservado. É por meio da arquitetura que é estabelecido uma relação entre o indivíduo e o lugar, por essa razão, existem critérios que devem ser seguidos para que os testemunhos do passado continuem vivos no lugar. Desta forma, é essencial que um novo projeto para um determinado espaço tenha o caráter e o cuidado de fazer com que seja habitado, mas também, que sejam reconhecidas as suas memórias (INÊS G. SILVA, 2019, texto digital, p. 32 - 40).

“As coisas modificam-se, mas não perdem a sua identidade, (...) elas permanecem na nossa mente e, portanto, passam a existir no tempo. Assim, o tempo não existiria sem a possibilidade de memória, sem a capacidade para, na mudança, reconhecermos a continuidade dos objetos aos quais emprestamos significação numa qualquer esfera da sua interferência na relação do Homem com o mundo”

JORGE, Gorjão citado por (SILVA, INÊS G; 2019, texto digital, p. 32).

Entende-se que pode ser realizada uma intervenção, restauração e utilização de uma edificação de outra época, desde que tomados os devidos cuidados de preservação ao patrimônio. Quando projetada junto ao patrimônio, a intervenção deve percorrer a mesma linha de pensamento do edifício existente, mas sem desconfigurar o valor da memória e do patrimônio que já existem. Deve ocorrer a relação clara entre o novo e o antigo, para que fique visível o diálogo entre as diferentes etapas do tempo. É importante que a contemporaneidade seja mostrada através dos materiais e processos construtivos



para tornar evidente a relação entre a edificação atual e a existente de outra época. Toda e qualquer intervenção no patrimônio não poderá inviabilizar a memória e a identidade do lugar, para que esses valores possam seguir perpetuados no tempo.

Existem diferenças terminológicas e conceituais sobre as práticas na área de preservação, e para isso algumas definições a serem entendidas estão colocadas na Carta de Burra, de 1980.

No que se refere ao conceito de Conservação:

Artigo 2º - O objetivo da conservação é preservar a significação cultural de um bem; ela deve implicar medidas de segurança e manutenção, assim como disposições que prevejam sua futura destinação.

Artigo 3º - A conservação se baseia no respeito à substância existente e não deve deturpar o testemunho nela presente.

Artigo 4º - A conservação deve se valer do conjunto de disciplinas capazes de contribuir para o estudo e salvaguarda de um bem. As técnicas empregadas devem, em princípio, ser de caráter tradicional, mas pode-se em determinadas circunstâncias, utilizar técnicas modernas, desde que assentem em bases científicas e que sua eficácia seja garantida por uma certa experiência acumulada.

Artigo 5º - Na conservação de qualquer bem deve ser levado em consideração o conjunto de indicadores de suas significação cultural; nenhum deles devem ser revestido de uma importância injustificada em detrimento dos demais.

Artigo 6º - As opções a serem feitas na conservação total ou parcial de um bem deverão ser previamente definidas com base na compreensão de sua significação cultural e de sua condição material.

Artigo 8º - A conservação de um bem exige a manutenção de um entorno visual apropriado, no plano das formas, da escala, das cores, da textura, dos materiais, etc. Não deverão ser permitidas qualquer nova construção, nem qualquer demolição ou modificação susceptíveis de causar prejuízo ao entorno. A introdução de elementos estranhos ao meio circundante, que prejudiquem a apreciação ou fruição do bem, deve ser proibida (Carta de Burra - 1980, IPHAN).

No que se refere ao conceito de Preservação:

Artigo 11º - A preservação se impõe nos casos em que a própria substância do bem, no estado em que se encontra, oferece testemunho de uma significação cultural específica, assim como nos casos em que há insuficiência de dados que permitam realizar a conservação sob outra forma.

Artigo 12º - A preservação se limita à proteção, à manutenção e à eventual estabilização da substância existente. Não poderão ser admitidas técnicas de estabilização que destruam a significação cultural do bem. (Carta de Burra - 1980, IPHAN).

No que se refere ao conceito de Restauração:

Artigo 13º - A restauração só pode ser efetivada se existirem dados suficientes que testemunhem um estado anterior da substância do bem e se o restabelecimento desse estado conduzir a uma valorização da significação cultural do referido bem. Nenhuma empreitada de restauração deve ser empreendida sem a certeza de existirem recursos necessários para isso.

Artigo 14º - A restauração deve servir para mostrar novos aspectos em relação à significação cultural do bem. Ela se baseia no princípio de respeito ao conjunto de testemunhos disponíveis, sejam materiais, documentais, ou outros, e deve parar onde começa a hipótese.

Artigo 16º - As contribuições de todas as épocas deverão ser respeitadas. Quando a substância do bem pertencer a várias épocas diferentes, o resgate de elementos datados de determinada época em detrimento dos de outra só se justifica se a significação cultural do que é retirado for de pouquíssima importância em relação ao elemento a ser valorizado (Carta de Burra - 1980, IPHAN).

Um bom exemplo de intervenção em edificação histórica é o Museu Rodin (figura 26), projetado por Brasil Arquitetura. Trata-se de uma readequação com o restauro de um palacete residencial do início do século XX, juntamente com a criação de uma nova edificação. Neste projeto, ficou bastante evidente a diferença estética entre as duas tipologias de épocas distintas, porém cada qual representando seu tempo, conectados por uma passarela que liga uma edificação a outra. A análise deste projeto foi abordada com mais profundidade no capítulo 4 deste trabalho.

Figura 26 - Museu Rodin Bahia / Brasil Arquitetura



Fonte: Archdaily - Nelson Kon.

1.4.2 Educação patrimonial

Entende-se de educação patrimonial um processo sistêmico de trabalho educativo voltado ao patrimônio cultural como nascente do conhecimento, ou seja, fonte primária de conhecimento. Após o contato do indivíduo com sentidos e significados que são manifestados pela cultura, a educação patrimonial busca propiciar o conhecimento ativo em jovens e adultos, promovendo a ocupação de sua herança cultural, bem como sua valorização. Esta prática faz com que as pessoas capacitam-se para a utilização destes bens, e com isso, possam produzir novas histórias seguindo um processo constante de produção cultural. Além disso, a apropriação consciente do patrimônio fortalece os sentimentos de identidade e cidadania, caracterizando o patrimônio como um elemento essencial no processo de preservação sustentável dos bens comunitários (IPHAN, 1999).

“A Educação Patrimonial é um instrumento de alfabetização cultural que possibilita ao indivíduo fazer a leitura do mundo que o rodeia, levando-o à compreensão do universo sociocultural e da trajetória histórico-temporal em que está inserido” (IPHAN, 1999).

Compreende-se que a aplicação deste processo de trabalho educativo, reforça a auto-estima social e valoriza a cultura, pois neste procedimento o diálogo torna-se uma ferramenta fundamental para a troca de conhecimentos. Desta forma, a interação é praticada pela comunidade, e com isso inicia-se uma ação de rememorar a própria história e o seu lugar no espaço, sendo que o efeito resultante desse processo desperta o interesse pela proteção e valorização dos seus bens culturais.

Por fim, é necessário concluir, portanto, que a educação patrimonial não deve ser entendida como uma conscientização, uma vez que é necessário levar conhecimento técnico. É importante que a comunidade tenha acesso a este processo, para não ocorrer eventuais depredações de patrimônios históricos, como pichações por exemplo. Conhecer não é o suficiente para garantir que o patrimônio seja preservado. É necessário que o indivíduo compreenda o universo sociocultural em que está inserido para garantir a proteção e valorização de seus bens.

1.4.3 Diretrizes para patrimônio

As leis específicas sobre diretrizes para intervenção em patrimônios históricos começaram a surgir após a Revolução Francesa, ganhando cada vez mais importância com o passar do tempo (SILVA, INÊS G; 2019, texto digital, p. 30). A Carta de Atenas foi escrita em 1931 e foi o primeiro documento sobre conservação e preservação do patrimônio, contribuindo para um amplo movimento internacional com a criação do Conselho Internacional de Museus (ICOM) e da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e Cultura (UNESCO), assim como o Centro Internacional de Estudos para Conservação e Restauração de bens culturais (ICCROM). A Carta de Atenas é formada pelas conclusões da primeira conferência internacional de Atenas sobre o restauro de monumentos, tendo como base a proteção dos monumentos históricos, artísticos e científicos pertencentes às sociedades (Carta de Atenas, 1931, IPHAN).

Em 1964, o segundo pós-guerra origina a Carta de Veneza como um novo modelo de referência para as intervenções, com o objetivo de defender a autenticidade do existente, seu reconhecimento e a reabilitação do patrimônio urbano, com a intenção de sua preservação e salvaguarda (SILVA, INÊS G; 2019, texto digital, p. 30).

A Carta de Veneza é apresentada com o intuito de reexaminar os princípios da Carta de Atenas para a criação de um documento de alcance maior (Carta de Veneza, 1964, IPHAN). A reunião do Segundo Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos dos Monumentos Históricos realizada em 1964 aprovou os artigos citados abaixo, os quais devem ser considerados para a segunda etapa deste trabalho, visto a utilização de uma edificação histórica pré-existente na área de intervenção.


Art. 1º: A noção de monumento histórico compreende a criação arquitetônica isolada, bem como o sítio urbano ou rural que dá testemunho de uma civilização particular, de uma evolução significativa ou de um acontecimento histórico. Estende-se não só às grandes criações, mas também às obras modestas, que tenham adquirido, com o tempo, uma significação cultural.

Art. 2º: A conservação e a restauração dos monumentos constituem uma disciplina que reclama a colaboração de todas as ciências e técnicas que possam contribuir para o estudo e a salvaguarda do patrimônio monumental.

Art. 3º: A conservação e a restauração dos monumentos visam salvaguardar tanto a obra de arte quanto o testemunho histórico.

Art. 4º: A conservação dos monumentos exige, antes de tudo manutenção permanente.

Art. 5º: A conservação dos monumentos é sempre favorecida por sua destinação a uma função útil à sociedade; tal destinação é portanto, desejável, mas não pode nem deve alterar a disposição ou a decoração dos edifícios. É somente dentro destes limites que se deve conceber e se pode autorizar as modificações exigidas pela evolução dos usos e costumes.



Art. 6º: A conservação de um monumento implica a preservação de um esquema em sua escala. Enquanto subsistir, o esquema tradicional será conservado, e toda a construção nova, toda destruição e toda modificação que poderiam alterar as relações de volumes e cores serão proibidas,

Art. 7º: O monumento é inseparável da história de que é testemunho e do meio em que se situa. Por isso, o deslocamento de todo o monumento ou de parte dele não pode ser tolerado, exceto quando a salvaguarda do monumento o exigir ou quando o justificarem razões de grande interesse nacional ou internacional.

Art. 8º: Os elementos de escultura, pintura ou decoração que são parte integrante do monumento não lhes podem ser retirados a não ser que essa medida seja a única capaz de assegurar sua conservação.

Art. 9º: A restauração é uma operação que deve ter caráter excepcional. Tem como objetivo conservar e revelar os valores estéticos e históricos do monumento e fundamenta-se no respeito ao material original e aos documentos autênticos. Termina onde começa a hipótese; no plano das reconstituições conjecturais, todo trabalho complementar reconhecido como indispensável por razões estéticas ou técnicas destacar-se-á da composição arquitetônica e 76 deverá ostentar a marca do nosso tempo. A restauração será sempre precedida e acompanhada de um estudo arqueológico e histórico do monumento.

Art. 10: Quando as técnicas se revelarem inadequadas, a consolidação do monumento, pode ser assegurada com o emprego de todas as técnicas modernas de conservação e construção cuja eficácia tenha sido demonstrada por dados científicos e comprovada pela experiência.

Art. 11º: As contribuições válidas de todas as épocas para a edificação do monumento devem ser respeitadas, visto que a unidade de estilo não é a finalidade a alcançar no curso de uma restauração, a exibição de uma etapa subjacente só se justifica em circunstâncias excepcionais e quando o que se elimina é de pouco interesse e o material que é revelado é de grande valor histórico, arqueológico, ou estético, e seu estado de conservação é considerado satisfatório. O julgamento do valor dos elementos em causa e a decisão quanto ao que pode ser eliminado não podem depender somente do autor do projeto.

Art.12º: Os elementos destinados a substituir as partes faltantes devem integrar-se harmoniosamente ao conjunto, distinguindo-se, todavia, das partes originais a fim de que a restauração não falsifique o documento de arte histórica.

Art. 13º: Os acréscimos só poderão ser tolerados na medida em que respeitarem todas as partes interessantes do edifício, seu esquema tradicional, o equilíbrio de sua composição e suas relações com o meio ambiente.

Art. 16º: Os trabalhos de conservação, de restauração e de escavação serão sempre acompanhados pela elaboração de uma documentação precisa, sob a forma de relatórios analíticos e críticos, ilustrado com desenhos figuras e fotografias, a fim de elaborar um diagnóstico da área de intervenção (Carta de Veneza, 1964, IPHAN).

No Brasil, assim como nos países latino-americanos, existe uma mistura de diversos povos colonizadores e, muitas vezes, é possível perceber vários estilos e heranças na mesma edificação. Neste momento, é importante conhecer e aceitar essas riquezas, pois contam sobre quem somos e de onde viemos. A Carta de Brasília produzida em 1995, é um documento do Cone Sul, com a ideia de colocar a questão de autenticidade a partir da peculiaridade de cada região do Brasil. Esta carta cita que temos que reconhecer a diversidade da identidade do nosso país e que devemos identificar os diversos valores que ajudaram a construir o local em que vivemos, para que possamos preservar essas histórias e legados na luta pela resistência na perda da cultura do nosso país (Carta Brasília, 1995, IPHAN).

Entende-se da Carta de Brasília a importância de considerar as tradições culturais locais, para a elaboração de uma estratégia de conservação da autenticidade do patrimônio histórico através do reconhecimento, valorização e o estudo das técnicas adequadas de preservação. Por fim, ao realizar uma intervenção contemporânea é necessário resgatar o caráter do edifício, sem transformar sua essência. A adição de novos usos será aceita desde que exista o reconhecimento formal do edifício e um diagnóstico aprofundado das intervenções, a fim de saber o que é aceitável introduzir na edificação histórica. Contudo, é fundamental que os novos elementos a serem introduzidos sejam de caráter que possa ser modificado e que se harmonizam com o conjunto em que se apresenta.

O IPHAN dispõe de várias diretrizes de como preservar a cultura e a história de determinado bem, seja ele material ou imaterial. Estas diretrizes orientam que sejam feitas ações que busquem o reconhecimento da diversidade étnica e cultural do País. Orienta-se também que essas ações sejam sustentadas ao longo do tempo, a fim de promover o desenvolvimento social¹⁰.

Abaixo, seguem as diretrizes do Programa Nacional do Patrimônio Imaterial:

Promover e difundir a Política de Salvaguarda do patrimônio Imaterial para todos os grupos, coletividades e segmentos que compõem a sociedade brasileira;


Fortalecer e difundir as bases institucionais, conceituais e técnicas do reconhecimento e valorização da dimensão imaterial do patrimônio cultural;

Contemplar, na sua execução, a diversidade e heterogeneidade dos contextos socioculturais existentes, priorizando, sempre que possível, grupos, segmentos e regiões menos atendidas pela ação institucional;

Promover a salvaguarda dos bens culturais por meio do apoio às condições materiais que propiciam sua existência, aos processos de transmissão de saberes e práticas constituintes da sua dinâmica e do fortalecimento dos seus detentores enquanto coletividades;

Promover a gestão compartilhada do patrimônio cultural imaterial, articulando sociedade civil e instituições governamentais, respeitando as diferentes possibilidades de atuação e responsabilização dos atores envolvidos;

¹⁰ Diretrizes básicas do PNPI. <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/682/>> Acessado em: 30 de abril de 2020.



Apoiar por meio de mediação junto às instâncias competentes, o reconhecimento e a defesa de direitos difusos, coletivos, autorais e conexos e de propriedade intelectual no que se refere ao patrimônio cultural imaterial e seus detentores (PNPI, 2016).

O projeto Jardim da Cidade irá abordar e considerar todas as diretrizes voltadas ao Patrimônio, portanto, tornou-se necessário reforçá-las neste trabalho.

1.4.4 Casa de Cultura de Venâncio Aires

A Casa de Cultura de Venâncio Aires foi fundada pelo NUCVA¹¹ em meados de 1990 e está estabelecida no Edifício Storck. Construído em 1929, foi o primeiro prédio da cidade com mais de um pavimento. O responsável pela construção foi o arquiteto alemão Simon Gramlich, que em 1927 já havia projetado a Igreja Matriz de São Sebastião Mártir no município (NUCVA).

Inicialmente, este local pertencia a família do farmacêutico Goswino Storck que desejava a construção de uma clínica médica e um laboratório, dado que o atendimento médico mais próximo na época, era na Vila de Taquari. Quando as obras estavam quase concluídas, a família foi ampliada com o nascimento dos filhos de Goswino com sua esposa Dolores, e acabaram ocupando as dependências da edificação. O imóvel passou por uma desocupação em 1996 e logo foi comprado pelo Núcleo de Cultura de Venâncio Aires. Esta compra foi resultante de uma campanha empreendida pela própria comunidade com o objetivo de abrigar os objetos de valor histórico adquiridos pelo NUCVA, assim como as doações pessoais dos moradores de Venâncio Aires (IPHAE/SEDAC).

A Casa de Cultura é uma referência imponente da arquitetura erudita de imigração alemã no Rio Grande do Sul e atualmente está composta por arquivo que abriga fotografias e documentos, biblioteca, discoteca e o museu. Tornou-se também uma referência para os museus comunitários por sua origem, pois sua compra aconteceu através de um pagamento voluntário por empresas privadas e por moradores da comunidade (IPHAE/SEDAC).

¹¹ NUCVA - Núcleo de Cultura de Venâncio Aires (Fundação em 1987): Entidade não governamental e sem fins lucrativos, associada ao Conselho Internacional de Museus e produtor cultural da Secretaria da Cultura do Rio Grande do Sul.

Figura 27 - Edifício Storck em fase de construção entre os anos de 1925 e 1929 (Fonte: NUCVA)



Figura 28 - Edifício Storck em fase de construção entre os anos de 1925 e 1929 (Fonte: NUCVA)



Figura 29 - Edifício Storck em meados de 1930 (Fonte: NUCVA)



Figura 30 - Detalhes da fachada voltada para a Rua Barão do Triunfo



Fonte: Autor, 2020.

Figura 31 - Edifício Storck em fevereiro de 2020



Fonte: Autor, 2020.

Atualmente, a edificação histórica tem seus usos setorizados por pavimento: o térreo é ocupado pelas salas comerciais, sendo um café e o centro de atendimento ao turista (anexo da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Turismo). O segundo pavimento é ocupado pela área expositiva e o terceiro pavimento é destinado ao acervo. A administração e demais usos estão acomodados a um anexo do Museu.

Figura 32 - Setorização dos usos da edificação



Fonte: Autor, 2020.

1.4.4.1 Acervo museológico

A Casa de Cultura que abriga o Museu de Venâncio Aires é um lugar de sonhos e de lembranças, pois é nesse espaço que estão depositadas as histórias e as memórias da coletividade local. O acervo museológico espelha em suas exposições a história que permeia e fundamenta a vivência dos moradores da cidade e também o processo de imigração alemã no município.

Atualmente, o NUCVA utiliza o último pavimento da edificação histórica e parte do anexo construído em meados de 1990 para acomodar os bens históricos que são doados pela comunidade desde a fundação do Museu, conforme figura 33. O núcleo mantém catalogados cerca de 25 mil materiais, sendo destes, 8 mil peças e o restante fotos, documentos e revistas, ocupando cerca de 370m² de área total do prédio e anexo (Dados da Secretaria do Museu, 2020, NUCVA).

Figura 33 - Acervo de peças acomodado no 3º pavimento



Fonte: Autor, 2020.

Figura 34 - Divisão dos acervos entre peças e documentos



Fonte: Autor, 2020.

O acervo do museu é totalmente formado por bens da comunidade local e apresenta diversos materiais que rememoram a vida na cidade desde o início da colonização no município. Deste modo, o acervo é composto por arqueologia, utensílios da cultura colonial, vestimentas, materiais escolares, equipamentos de músicas e meio de comunicação, materiais de trânsito, numismática, hemeroteca e acervo documental.

Figura 35 - Peças que compõem parte do acervo do Museu



Fonte: <http://www.museuvaires.com.br/>

1.4.4.2 Tombamento e estado atual

No ano de 2001, a pedido do NUCVA, o Edifício Storck foi declarado Patrimônio Histórico Municipal de Venâncio Aires, tornando-se o primeiro patrimônio da cidade. Em 2012, foi inscrito no livro do tombamento passando a integrar o Patrimônio Cultural do Estado.

O tombamento considera a construção original que abriga a Casa de Cultura de Venâncio Aires e também o acervo do Museu. A justificativa pelo tombamento da edificação é pelo seu valor histórico e arquitetônico, pois é um testemunho da história local, uma vez que foi constituído museu através do esforço comunitário, sendo preservado até hoje pela participação coletiva da comunidade (IPHAE/SEDAC).

Com o passar dos anos, foram necessárias pequenas reformas no Edifício Storck para a recuperação do imóvel contra a ação do tempo. Porém, algumas dessas reformas foram com o objetivo de ampliar área, o que levou por descaracterizar parte da fachada original da edificação, conforme figura 36, que mostra em destaque, as ampliações.

Figura 36 - Intervenções na construção original em destaque



Fonte: Autor, 2020.

O levantamento abaixo, contempla apenas a edificação original tombada, juntamente com a intervenção da fachada frontal no último pavimento, pois será dessa forma que esta edificação será apropriada na etapa II deste trabalho.

Figura 37 - Fachada frontal voltada para a Rua Osvaldo Aranha



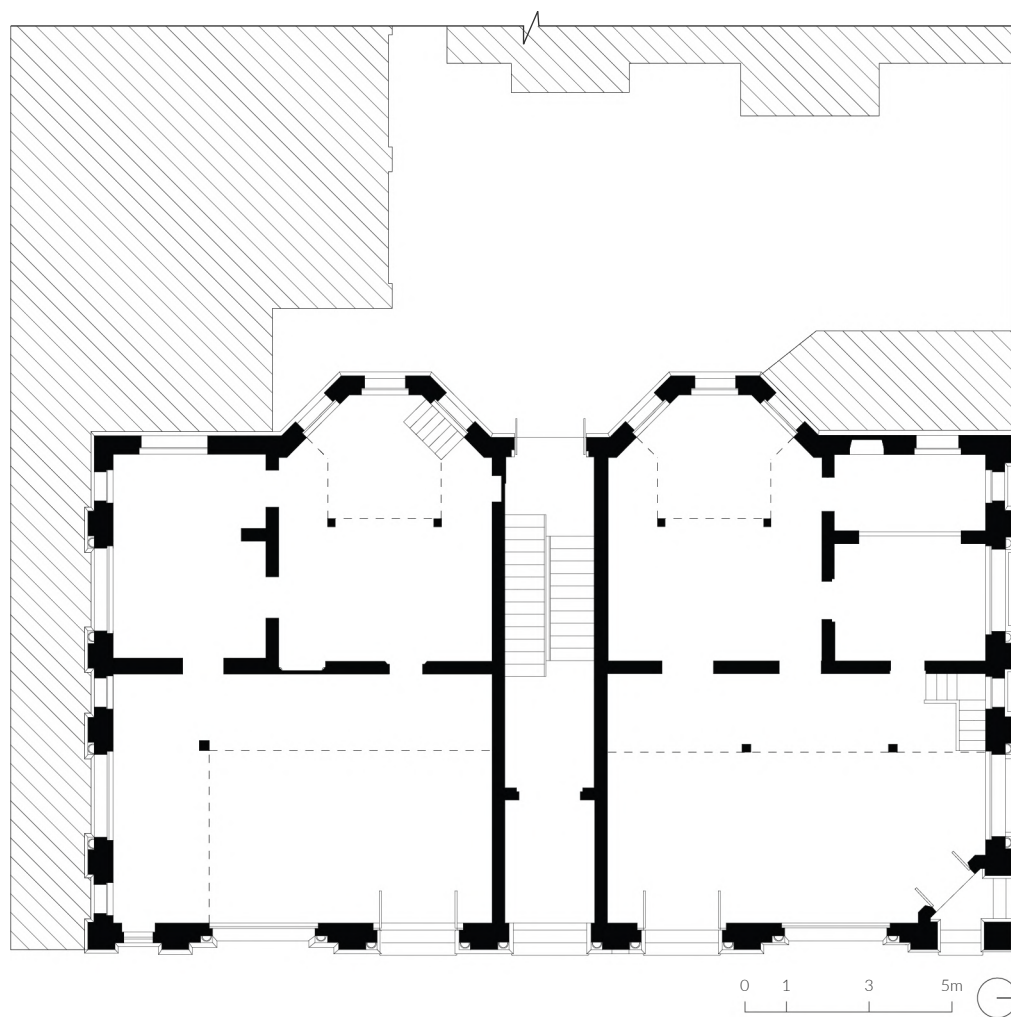
Fonte: Recyklare; adaptado pelo autor, 2020.

Figura 38 - Fachada lateral voltada para a Rua Barão do Triunfo



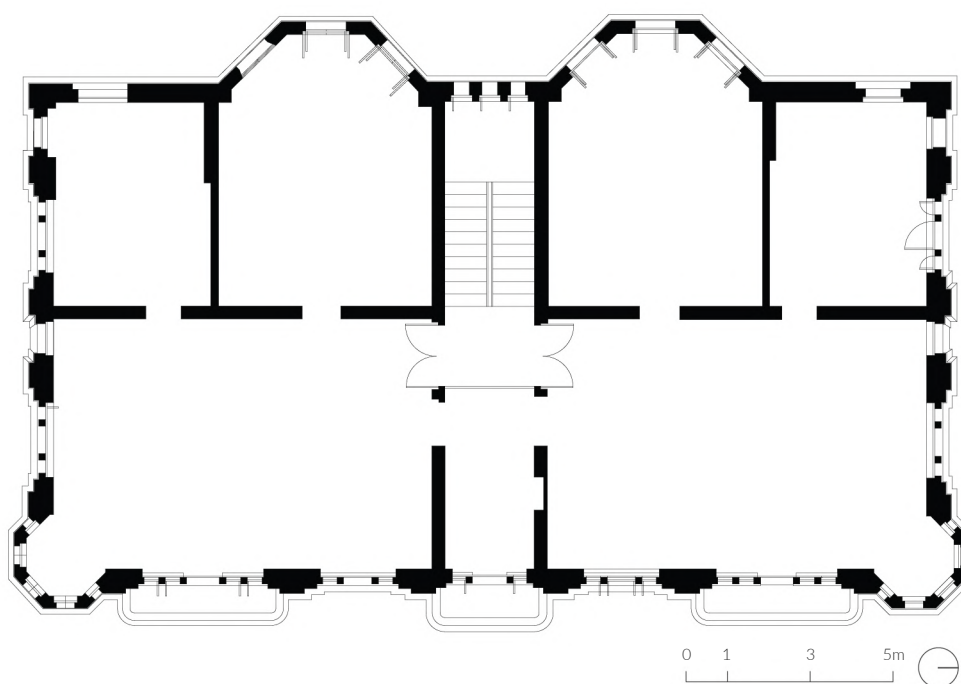
Fonte: Recyklare; adaptado pelo autor, 2020.

Figura 39 - Planta baixa térreo



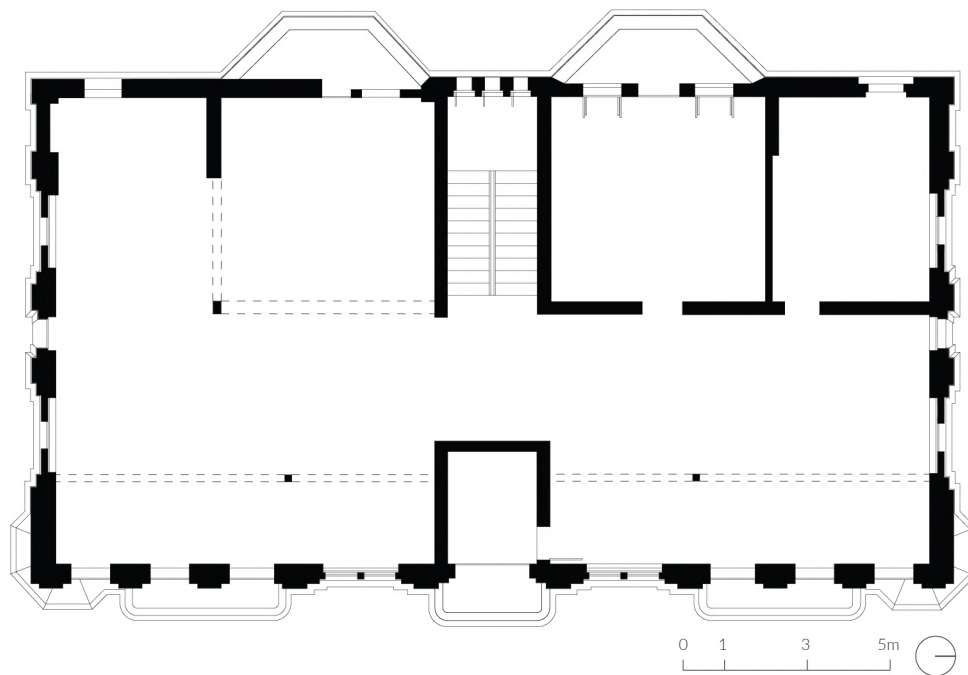
Fonte: Recyklare; adaptado pelo autor, 2020.

Figura 40 - Planta baixa 2º pavimento



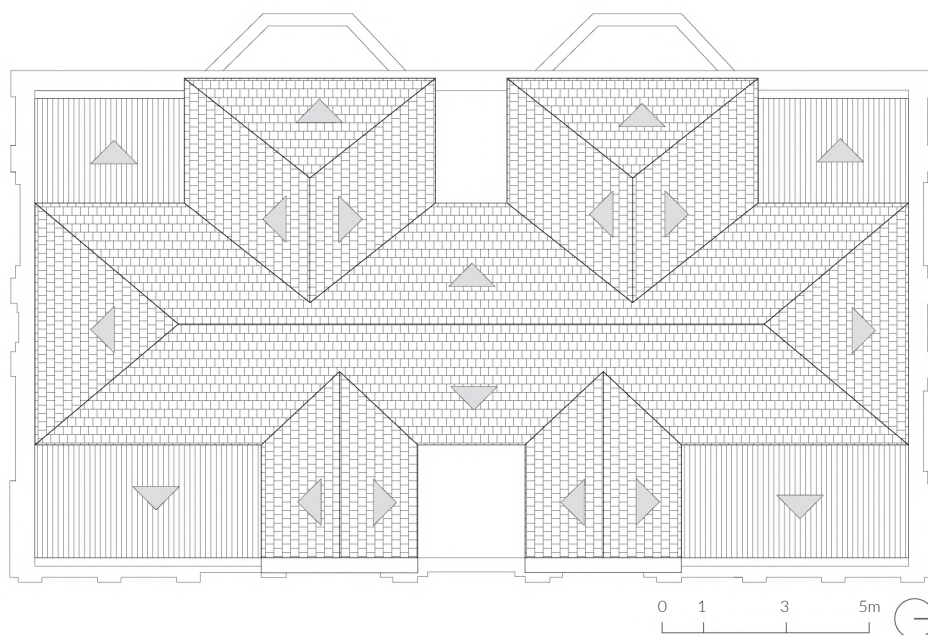
Fonte: Recyklare; adaptado pelo autor, 2020.

Figura 41 - Planta baixa 3º pavimento



Fonte: Recyklare; adaptado pelo autor, 2020.

Figura 42 - Planta de cobertura



Fonte: Recyklare; adaptado pelo autor, 2020.

A Casa de Cultura de Venâncio Aires apresenta diversas patologias no interior e no exterior de sua estrutura, conforme figura 43, ocasionadas pela ação do tempo, mas também, decorrentes da falta de recursos para manutenção instituição. Está em aberto um projeto de adequação e restauro, protocolado no início de 2020 no valor de 309 mil reais para amparo do Museu (Folha do Mate, 2019).

Figura 43 - Patologias no interior e exterior da edificação



Fonte: Autor, 2020.

1.4.4.3 Raízes com a comunidade

Tudo começou no dia 26 de outubro de 1994 com a fundação do Museu de Venâncio Aires. Neste dia, iniciou-se um processo de doações de peças antigas de posse da comunidade ao museu, mesmo sem um local apropriado para armazenar todos os materiais. Foi no dia 17 de dezembro de 1994 que o Edifício Storck foi adquirido pela fundação do Museu por U\$ 500.000,00 ao câmbio da época mesmo sem possuir dinheiro em caixa. A compra tornou-se viável através de uma mobilização da comunidade que passou a contribuir com doações mensais de débitos em suas contas bancárias, assumindo o pagamento da edificação que logo em 1998 foi concluído (NUCVA).

Em 1997, com a presença do Ministro da Cultura, Francisco Weffort, o Museu foi revitalizado e reaberto. Desde então, passou a ser chamado de Casa de Cultura de Venâncio oferecendo exposições anuais que contam a história do município.

A entidade tem seu suporte econômico baseado na locação de salas comerciais acomodadas no térreo da edificação, sendo assim, possibilita a visitação de todos os departamentos da Casa de Cultura de forma gratuita. Outro fator que torna o acesso gratuito é o fato de que o acervo do museu foi constituído através de doações da comunidade, tornando-se em um "Museu de muitos donos" (NUCVA).

A figura 44 mostra que a edificação que hoje abriga o Museu, fazia-se presente desde o início da ocupação da zona urbana no município, caracterizando-se como um elemento de extrema importância na paisagem cultural de Venâncio Aires.

Figura 44 - Foto aérea de Venâncio Aires em meados de 1930



Fonte: NUCVA



2 ÁREA DE INTERVENÇÃO

O parque cultural Jardim da Cidade será projetado em zona urbana, no município de Venâncio Aires, cidade pela qual está situada de forma privilegiada no estado do Rio Grande do Sul e no Vale do Rio Pardo, encontrando-se a 128 km de Porto Alegre e entre dois pólos urbanos regionais, Santa Cruz do Sul e Lajeado.

Figura 45 - Mapas Brasil, RS, Vale do Rio Pardo e Venâncio Aires



Fonte: Google Maps, adaptado pelo autor, 2020.

2.1 A cidade

O município de Venâncio Aires tem ampla área territorial e por esse motivo faz limite com diversas cidades do Vale do Rio Pardo e também com municípios do Vale do Taquari. São eles: Boqueirão do Leão, Sinimbu, Santa Cruz do Sul, Passo do Sobrado, Vale Verde, General Câmara, Taquari, Bom Retiro do Sul, Cruzeiro do Sul, Santa Clara do Sul e Sérió, conforme figura 46.

Figura 46 - Municípios vizinhos



Fonte: Google Maps, adaptado pelo autor, 2020.

Os acessos principais da zona urbana do município, representados na figura 47, acontecem pela RSC-453 e pela BR-287. A RSC-453 possibilita a ligação entre Venâncio Aires e Lajeado e a BR-287 promove a conexão entre Santa Cruz do Sul e Venâncio Aires, e também a ligação com a capital gaúcha. Os acessos principais que conduzem até a área de intervenção, são as ruas Osvaldo Aranha para quem vem de Santa Cruz do Sul e Voluntários da Pátria para quem vem de Lajeado.

Figura 47 - Diagrama de acessos



Fonte: Snazzy Maps, adaptado pelo autor, 2020.

Venâncio Aires tem uma área de 772,826 km² e possui, conforme o censo de 2010 do IBGE, 65.946 e 71.554 habitantes estimados para o ano de 2019. Segundo a Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Turismo da prefeitura de Venâncio Aires, o município tem sua base econômica com forte referência na cultura e industrialização do tabaco, mas também com o destaque de outros setores como: metal mecânico, confecções e moveleiro, que juntos agregam 30% do município. A indústria de transformação participa atualmente com 21% na formação do valor adicionado do município. Além disso, as agroindústrias desenvolvem o meio rural, que somadas a produção chegam a 23% do PIB municipal. Ao longo dos anos, a agricultura também mostrou o caminho da diversificação com o crescimento das lavouras de grãos. Os cultivos que atualmente estão protagonizando uma nova realidade para a cidade são o cultivo do milho, arroz, aipim, soja e a erva-mate (PMVA, 2020).

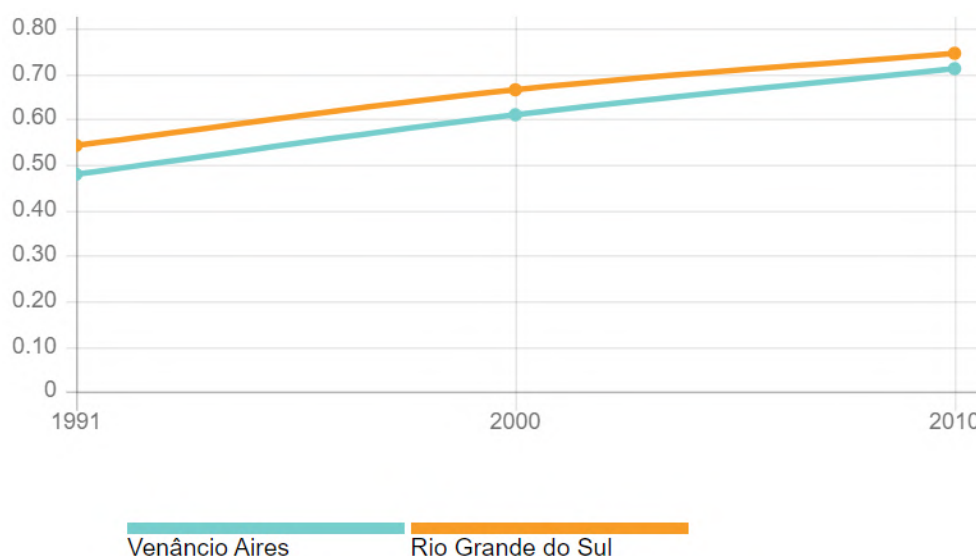
Figura 48 - Imagem aérea da zona urbana de Venâncio Aires



Fonte: Alvaro Pegoraro/ Folha do Mate

Segundo o IBGE, o IDH da cidade de Venâncio Aires vem apresentando crescimento desde seu primeiro índice, conforme figura 49. Em 1991, o município encontrava-se com o IDH de 0,477, passando para 0,610 no índice de 2000. O último censo realizado em 2010 apresentou um IDH de 0,712 representando as melhorias no PIB, no grau de escolaridade e no nível de saúde de Venâncio Aires, aspectos considerados para a obtenção da média do IDH. Em comparação ao Rio Grande do Sul, o município encontra-se com o índice de desenvolvimento humano ligeiramente abaixo da média do estado.

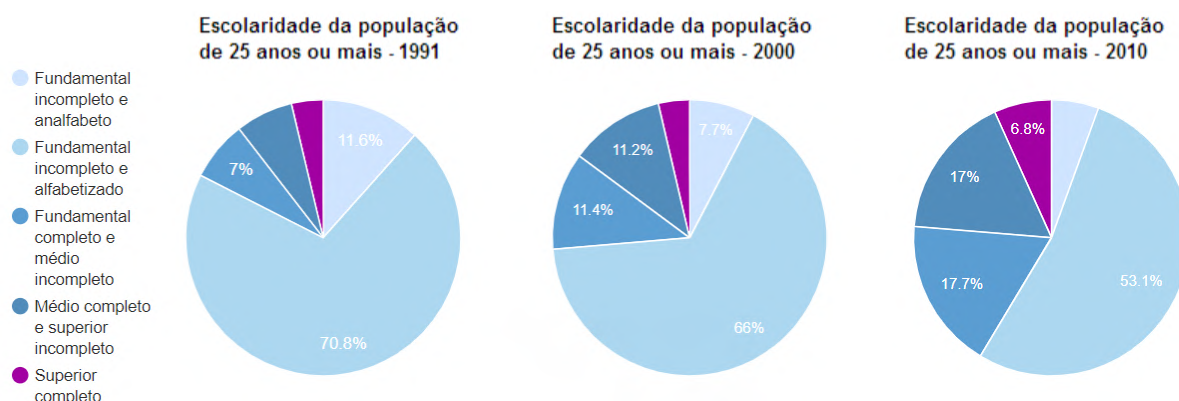
Figura 49 - Evolução do IDH em Venâncio Aires



Fonte: IBGE.

A educação é um indicador de escolaridade que também compõe o IDHM analisando o percentual da população com o ensino fundamental completo. As gerações mais antigas, de menor escolaridade aparecem de forma expressiva quando representadas em gráficos, conforme figura 50. No entanto, esses números estão diminuindo com o passar dos anos. Em 1991, os percentuais de pessoas com mais de 25 anos e com o ensino fundamental incompleto eram de 70,8% no município. Já em 2010, 53,1% não possuíam o ensino fundamental, mesmo que ainda um percentual elevado, uma amostra de que o índice está em ascensão (PNUD, IPEA e FJP).

Figura 50 - Escolaridade no município

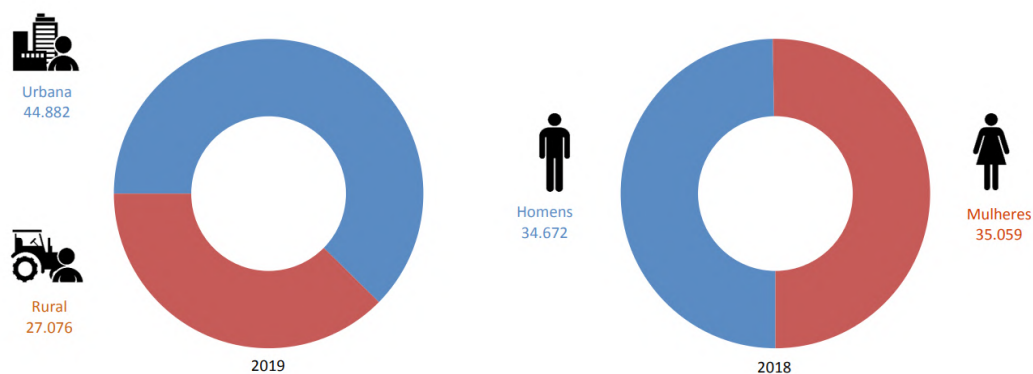


Fonte: AtlasBrasil, APNUD, IPEA e FJP

Abaixo, conforme figura 51, o município é dividido em dois grupos, sendo a maioria de população urbana, mas também com uma população considerável na área rural.

De um modo geral, conclui-se também, que a população da cidade tem uma proporção igualitária entre homens e mulheres.

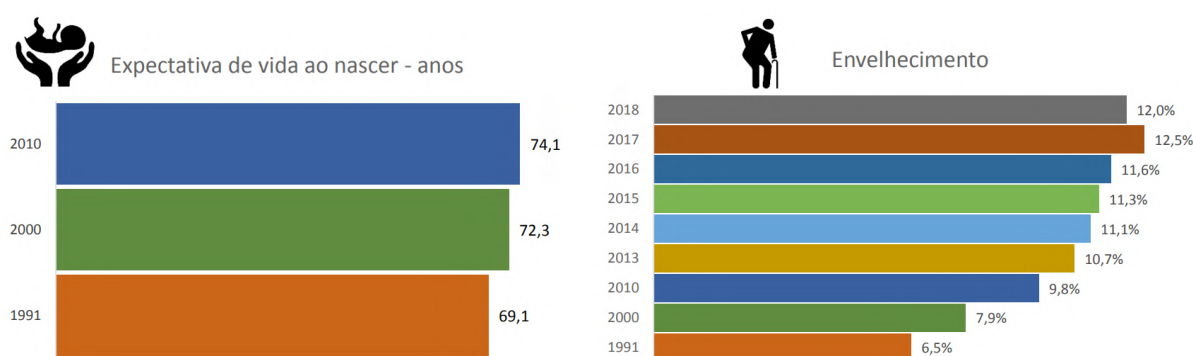
Figura 51 - Distribuição da população por zona e por sexo



Fonte: SEBRAE, 2019.

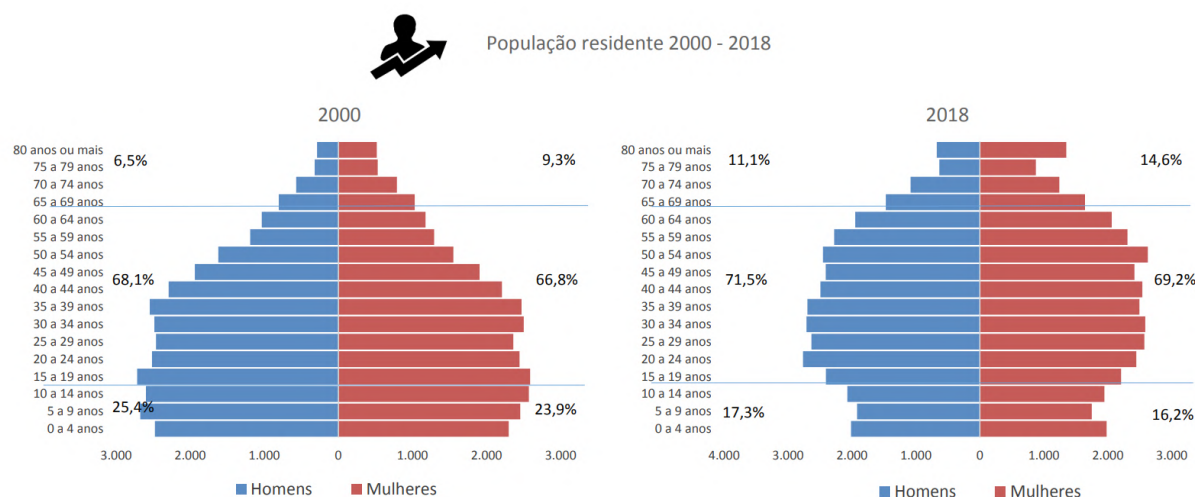
Os gráficos elaborados pelo SEBRAE, figuras 52 e 53, mostram que a expectativa de vida da população residente em Venâncio Aires aumentou desde o primeiro censo do IBGE em 1991, passando de 69,1 para 74,1 anos no censo de 2010. Percebe-se também que a população com menos idade diminuiu consideravelmente e a população com mais idade aumentou. Conclui-se com esses dados a necessidade de criar espaços urbanos acessíveis ao envelhecimento ativo.

Figura 52 - Expectativa de vida e envelhecimento



Fonte: SEBRAE, 2019.

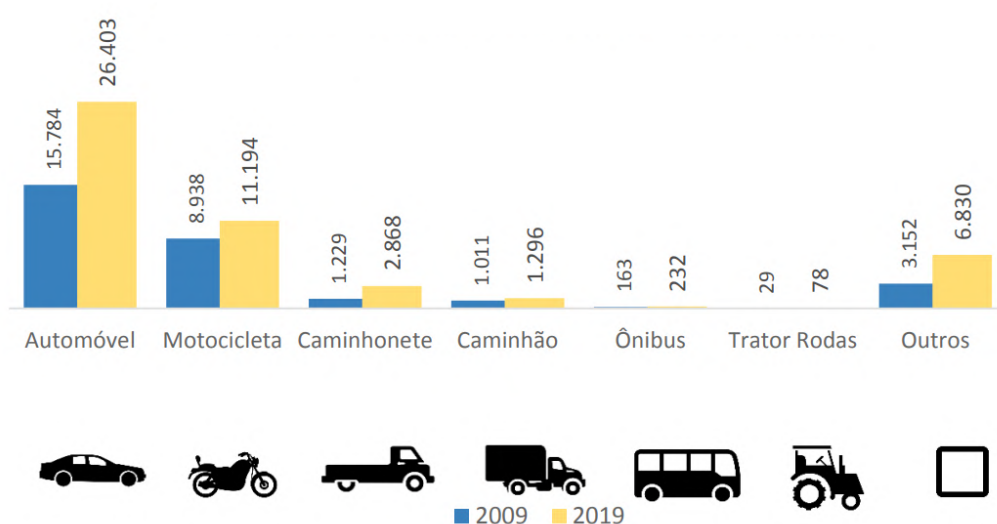
Figura 53 - Pirâmide etária



Fonte: SEBRAE, 2019.

A análise abaixo (figura 54), apresenta um crescimento elevado na utilização de automóveis pelos moradores de Venâncio Aires. Esses dados representam uma condição socioeconômica favorável do município no cenário nacional, e também, o incentivo pela utilização de automóveis através da infraestrutura sem restrições e pelo transporte público deficitário. É necessário refletir sobre a infraestrutura disposta para a utilização do transporte público, assim como, o transporte não motorizado. O projeto proposto neste trabalho, incentiva a reflexão sobre o comportamento do indivíduo no meio urbano, para com isso, exigir dos órgãos públicos políticas urbanas adequadas para a cidade.

Figura 54 - Frota de veículos automotores 2009-2019



Fonte: SEBRAE, 2019.

2.1.1 Cultura e Arte em Venâncio Aires

O município enfrentou um período que foi duramente marcado pelo preconceito e discriminação étnico-racial até os anos de 1930. As oportunidades de lazer eram raras, sendo que as poucas atividades que aconteciam, eram jogos de cartas, bailes e festas de aniversário. Nesses poucos eventos sociais que ocorriam, barreiras surgiam pelo preconceito e discriminação étnico-racial, com demarcações para brancos e negros (MOURA, 2013).

A cidade era dividida em diferentes grupos, com destaque para os brancos da zona urbana, entre eles, funcionários públicos, profissionais liberais, empresários, entre outros. Depois vinham os grupos que eram formados pelos imigrantes que viviam na zona rural, denominados de colonos. O terceiro grupo era formado pelos afro-brasileiros, que carregavam o peso de rebaixamento social pela cor da pele (MOURA, 2013).

Segundo Moura (2013), o negro era impossibilitado de acessar o lazer, a cultura e até mesmo o trabalho na cidade de Venâncio Aires, pois existia um fator discriminatório que idealizava esses lugares como espaços para pessoas da cor branca. Eram colocadas diversas barreiras para a inserção da população afro-brasileira na sociedade, e foi por esse motivo que essa população foi construindo alternativas de lazer, como por exemplo as “festas surpresas” e os “bailes de rancho”.

Foi a partir deste contexto que surgiu a primeira associação para a população afrodescendente no município, chamada de Négo Foot Ball Club. Existente até hoje, a associação foi fundada em 1935 com o objetivo de oferecer momentos de lazer e entretenimento, além de atividades com cunho sociocultural para a população afrodescendente. Com o passar dos anos, a associação do Négo foi crescendo e difundindo a cultura de seus associados pelas ruas da cidade, através de blocos carnavalescos, que mais tarde tornaram-se em escola de samba e acabaram por originar a cultura do carnaval de rua na cidade.

Outra característica muito marcante na história da cidade é a tendência da população em se reunir em sociedades, principalmente nas regiões que foram colonizadas por alemães. De acordo com o livro “Abrindo o baú de memórias” escrito pelo Núcleo de Cultura de Venâncio Aires em parceria com a UNISC, no ano de 1922 Venâncio já contava com 48 sociedades distribuídas pelo interior do município.

Na atualidade, a Secretaria de Cultura e Esporte da Prefeitura de Venâncio Aires tornou-se o órgão responsável de prover, estimular e apoiar as ações culturais que visam o desenvolvimento cultural e esportivo da cidade (PMVA, 2020). Muitos dos programas oferecidos pelo setor tem mais ênfase na questão esportiva, entretanto, diversos projetos se destacam e contribuem para o fomento cultural na cidade. São eles: Oficinas gratuitas de música, que possibilitam a participação na orquestra de Venâncio Aires e os festivais como o da Mais Bela Voz, Canto da Viola, Festival Infantil, Terno de Reis, entre outros.

Em 2019, o Parque do Chimarrão sediou a 3ª edição do Festival de Balonismo de Venâncio Aires, evento pelo qual contou com o apoio da Secretaria de Cultura. Este

evento atraiu centenas de pessoas de outras regiões e até mesmo de fora do Rio Grande do Sul, elevando o caráter da cidade e fomentando a cultura do município. Além disso, essa nova cultura de voar de balão pela cidade de Venâncio vem embelezando a paisagem da cidade e com isso, muitos moradores já se sentem orgulhosos de ter um evento tão grande quanto esse sendo realizado na cidade.

Figura 55 - Balonismo em Venâncio Aires



Fonte: Facebook Jung balonismo.

A Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Turismo de Venâncio Aires também participa no fomento da cultura na cidade. Um dos projetos em que está a frente é o Programa Municipal do Artesanato. Segundo a secretaria, o município possui 350 artesãos autorizados a produzir e comercializar artesanato. Este programa foi criado em 2009 pela Prefeitura com o objetivo de contribuir com a situação econômica e social dos artesãos do município e estimular a formação de atividade economicamente sustentável, gerando emprego e renda a partir das artes produzidas por cidadãos criativos, críticos e qualificados (PMVA, 2020).

São ações da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Turismo de Venâncio Aires voltadas aos artesãos:

“Oportunizar atividades de qualificação aos artesãos, agregação de valores, divulgação e comercialização dos produtos através de cursos de capacitação, mostras dos produtos e exposições (feiras periódicas), valorizando a mão-de-obra do artesanato municipal e despertando a auto estima dos profissionais desta atividade” (PMVA, 2020).

Atualmente as feiras de artesanato reúnem em média 50 artesãos locais e são realizadas no calçadão da Praça Evangélica (200 metros da área de intervenção). Não existe um dia específico, mas geralmente acontecem em sábados pela manhã. Para o apoio de artesãos, gazebo podem ser retirados na Prefeitura para a utilização nas exposições.

Figura 56 - Feira de artesanato no calçadão da Praça Evangélica



Fonte: Olá jornal.

Entende-se a importância de um espaço adequado para a produção de artesanato, assim como um depósito de materiais próximo ao calçadão, que atualmente é utilizado para exposição das artes. Além disso, verifica-se também, a necessidade por salas multiusos para a prática de oficinas de artesanato. Com a implementação desses apoios, será possível fomentar ainda mais essa cultura rica que está espalhada pelo interior do município.

2.1.1.1 Rota do Chimarrão

A Rota do chimarrão foi criada para enaltecer o interior da cidade e o símbolo que o município carrega, de ser a Capital Nacional do Chimarrão. Este projeto é administrado pela Associação de Turismo Rural Rota do Chimarrão (ATURRCHIM), que busca juntamente com a Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Turismo de Venâncio Aires agregar valor às belezas da cidade e fomentar o turismo no município. O passeio que este projeto oferece é dividido em duas partes. Um deles é a região dos ervais, que apresenta um caráter cultural mais pedagógico. Nos pontos turísticos dessa região os visitantes podem conhecer todo o processo de fabricação da erva-mate, desde o plantio até o chimarrão pronto. A outra parte do roteiro é a região da Serra, que apresenta com ênfase as belezas naturais e a produção agrícola. Além, disso outros pontos turísticos como por exemplo, o Largo do Chimarrão e a Casa de Cultura, presentes na

zona urbana, também fazem parte do roteiro turístico.

A rota do chimarrão é uma ferramenta de preservação da colonização alemã no município. O visitante é convidado a observar a arquitetura antiga e provar da gastronomia local, além de admirar as belas paisagens que compõem a cidade.

Fazem parte da Rota do Chimarrão, conforme figura 57:

Pórtico e Parque do Chimarrão: Na entrada da cidade, o pórtico expõe mãos que acolhem os visitantes com o chimarrão. O parque público sedia importantes eventos do município, como a Festa Nacional do Chimarrão.

Casa de cultura: Edificação histórica e tombada, que abriga o Museu de Venâncio Aires.

Largo do Chimarrão: No coração da cidade está a imponente Igreja Matriz São Sebastião Mártir, uma das mais lindas em estilo neogótico da América Latina. No entorno, atrativos temáticos do chimarrão.

Escola do Chimarrão: Aqui, aprende-se tudo sobre a história, os benefícios e o preparo da mais tradicional bebida dos gaúchos.

Chácara do Mel: Em uma florida propriedade, os visitantes podem conhecer diversas espécies de abelhas e o seu modo de organização e produção do mel.

Viveiro de Mudas Flor da Terra: Aqui, o visitante vivencia a extração da semente da erva-mate, estratificação e plantio da muda. Encontra grande variedade de flores, plantas ornamentais e suculentas.

Agroindústria de Conservas Coutinho: Agroindústria familiar oferece a degustação e venda de saborosas compotas e conservas, preparadas com frutas e hortaliças cultivadas na propriedade da família.

Cerro do Baú: O local oferece uma linda vista panorâmica na qual se visualiza a região dos vales do Rio Pardo e Taquari.

Mirante Lauro Erdmann: Localizado na região serrana do município, o mirante proporciona excelente visão panorâmica e área verde para lazer.

Figueira Centenária: Imponente figueira com uma copada de 500 m². Oferece trilhas com cascatas, vivências coloniais e comercialização de produtos da propriedade nos finais de semana.

Orquidário Cruz: Reúne diversas espécies de plantas ornamentais e exóticas.

Produtos Coloniais Maggioni: Referência na produção de panificados caseiros, com mais de 30 variedades de cucas, oferece café colonial em ambiente rústico.

Balneário Paraíso: O Park Aquático é o principal ponto de lazer e entretenimento da região, com ampla área de lazer e diversos tobogãs (ATURRCHIM).

Figura 57 - Rota do Chimarrão



Fonte: CAT, ATURRCHIM.

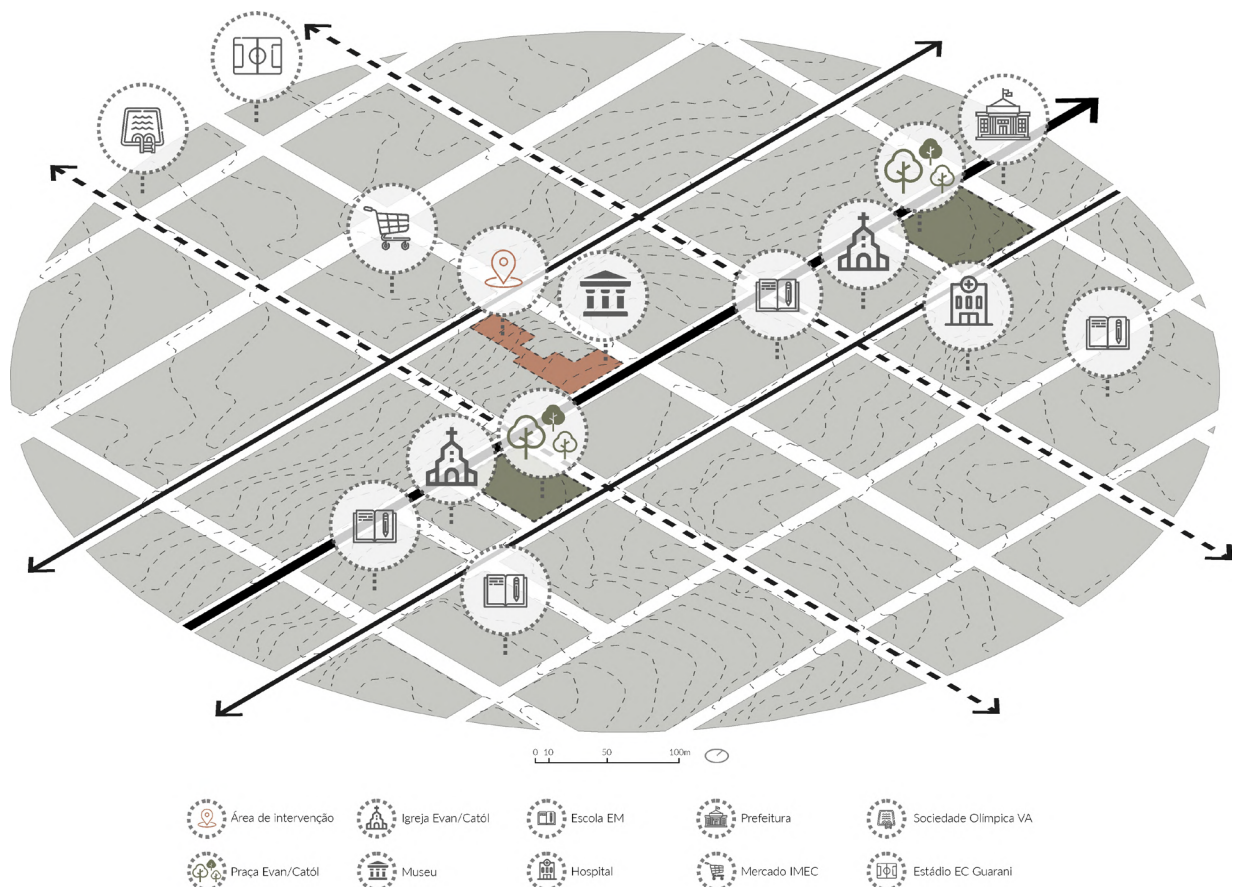
2.2 O terreno

A área de intervenção está no coração da zona urbana de Venâncio Aires, e por esse motivo, encontra-se próxima dos principais equipamentos da cidade. Valorizar a área central é uma questão de salvaguarda do patrimônio cultural, visto que a imagem do município está entrelaçada com diversos equipamentos, como as praças públicas, o corredor verde, o largo do chimarrão que acomoda a igreja São Sebastião Mártir e a Casa de Cultura, utilizada neste projeto, entre outros. A implantação do projeto Jardim da Cidade ao lado de uma edificação histórica, faz com que a cultura do município seja valorizada e conservada.

De forma estratégica, o parque cultural irá formar um tripé urbano, conectando-se com as duas praças públicas existentes na zona urbana, conforme figura 58. Esta ligação reforça a conexão urbana da cidade, e também, a reflexão sobre a importância dos espaços públicos no meio urbano.

O terreno está no centro da cidade e muito próximo de 4 escolas de ensino médio, além de uma escola técnica. Desse modo, o espaço público proposto será um agente ativo entre os frequentadores desses espaços, podendo atribuir através de oficinas e atividades o ensino e a educação patrimonial nas escolas.

Figura 58 - Equipamentos principais da zona urbana



Fonte: Autor, 2020.

O terreno está situado ao lado da Casa de Cultura de Venâncio Aires, no cruzamento com as ruas Osvaldo Aranha e Barão do Triunfo. Apresenta 3.356m² e três acessos ao terreno, o que facilita a relação urbana com o entorno. A topografia é bastante acentuada com um desnível de 7 metros, tendo o ponto mais baixo do terreno voltado para a Rua Júlio de Castilhos. Apropria-se juntamente ao terreno, a edificação que abriga o Museu da cidade.

Figura 59 - Implantação do terreno



PLANTA DE SITUAÇÃO DO LOTE NA QUADRA
Área total do terreno: 3.356m²

Pré-existência

Fonte: Autor, 2020.



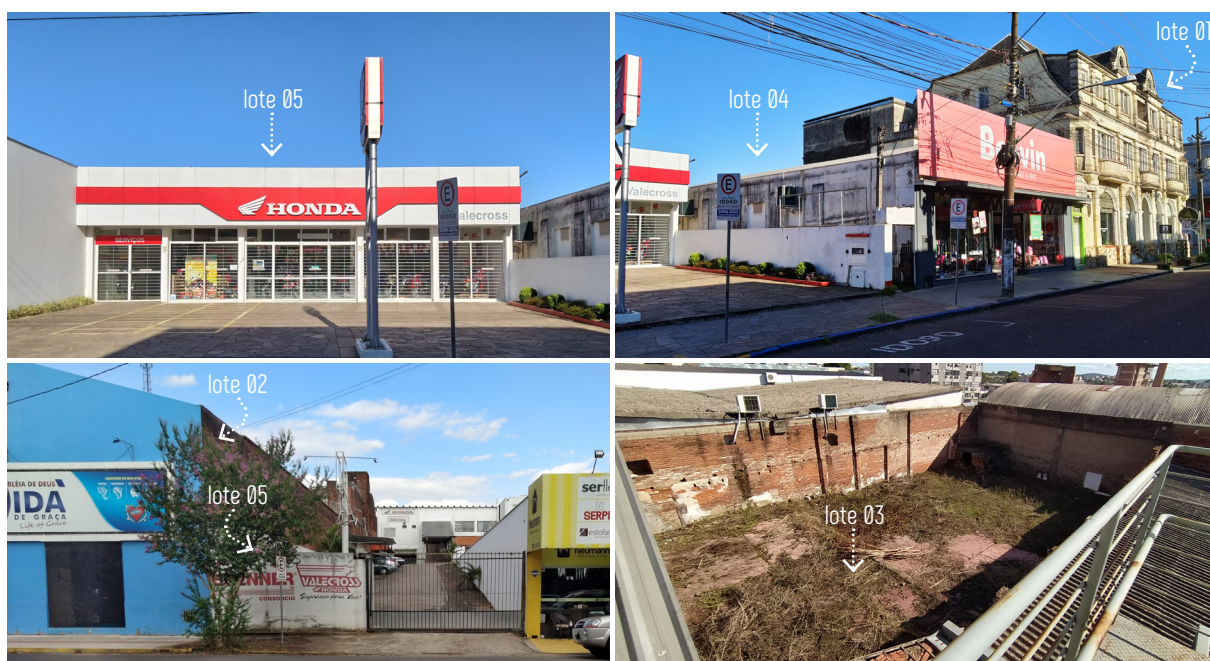
O terreno foi constituído pelo remembramento de 5 lotes, conforme figura 60. No lote 1 de 621,18m², está a Casa de Cultura de Venâncio Aires, edificação histórica que será apropriada na proposta deste trabalho. O lote 2 de 627,88m², possui uma construção sem caráter histórico e que hoje está ocupada pela Igreja Assembléia de Deus. O lote 3 de 224,36m², encontra-se vazio e é de posse da prefeitura municipal. O lote 04 de 310,59m², está ocupado por uma edificação relativamente nova, entretanto, foi conectada no alinhamento com a fachada lateral da edificação histórica, desconsiderando a importância cultural e os critérios de preservação do patrimônio. O lote 5 de 1572,28m² é o maior lote do remembramento, pois faz conexão entre duas vias. Atualmente, está ocupado pela Valecross.

Figura 60 - Remembramento dos lotes



Fonte: Autor, 2020.

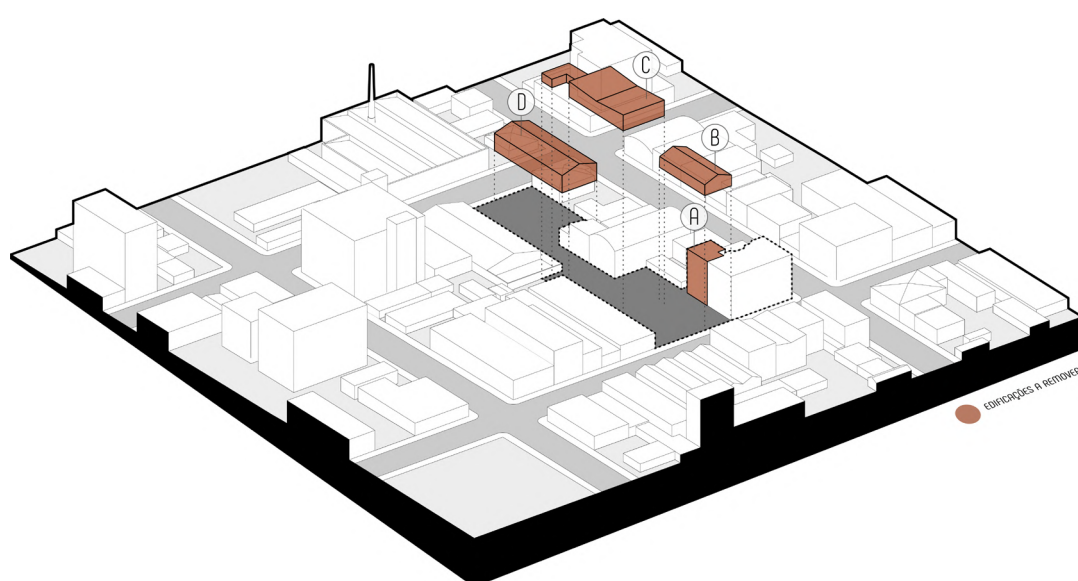
Figura 61 - Ocupação dos lotes



Fonte: Autor, 2020.

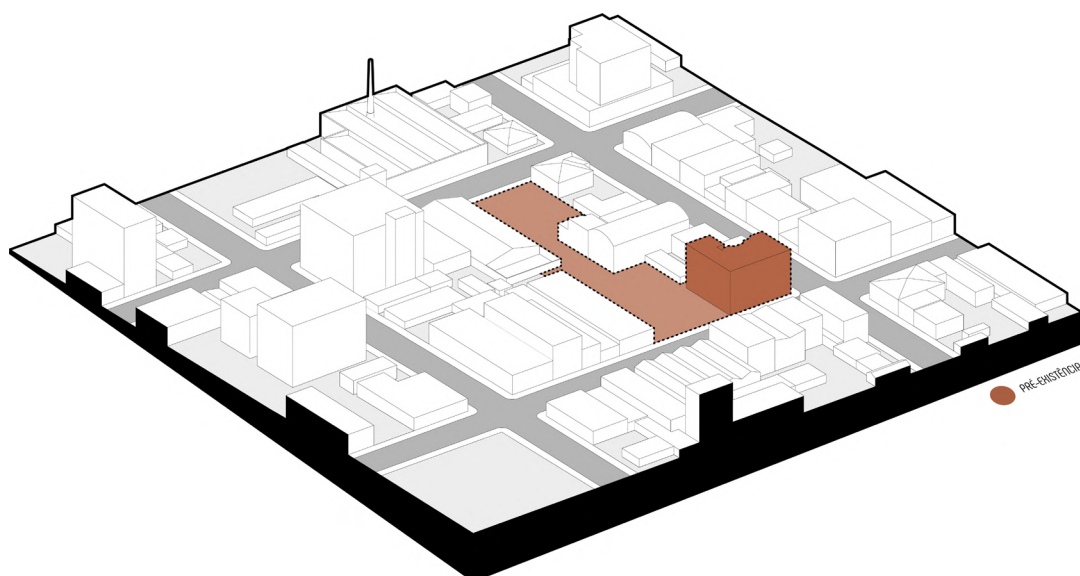
Como estratégia de implantação, optou-se por remover as edificações existentes no terreno, exceto a edificação histórica e tombada. As edificações que abrigam a loja Benvin e a Igreja da Assembléia (B e D respectivamente, conforme figura 62), foram caracterizadas como estruturas sem valores históricos e culturais para a cidade. Entende-se da edificação da Valecross¹² (B, conforme figura 62), que apesar de possuir uma grande área de lote, poderá se estabelecer em qualquer outro lugar da zona urbana de Venâncio Aires. A edificação que atualmente é anexo da edificação histórica (A, conforme figura 62), foi construída sem quaisquer rigor técnico e está em péssimo estado de conservação, prejudicando a salvaguarda da Casa de Cultura de Venâncio Aires.

Figura 62 - Edificações a serem removidas



Fonte: Autor, 2020.

Figura 63 - Área de intervenção com a pré-existência



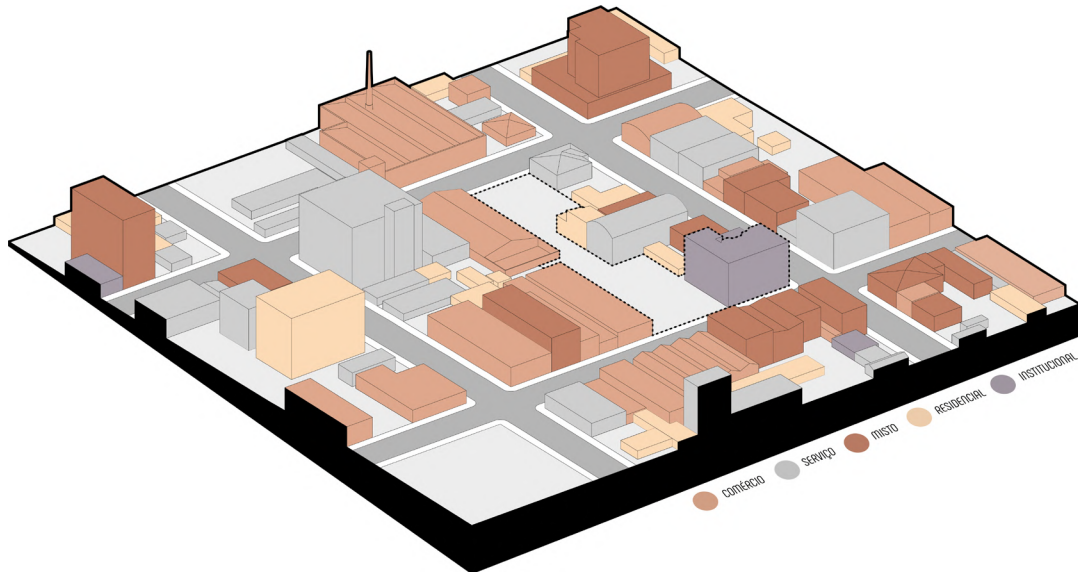
Fonte: Autor, 2020.

¹² A viabilização da remoção da Valecross da área em questão, será melhor explicada no capítulo de instrumentos de viabilização.

2.2.1 Análise do entorno

Observa-se através da figura 64, que o entorno imediato da área de intervenção tem uma predominância em comércio e serviços. O comércio é bastante variado, assim como os serviços, fazendo com que a Rua Osvaldo Aranha fique movimentada durante o dia todo com predominância de pedestres. Pela noite, a via é utilizada para acessar os variados bares e restaurantes distribuídos pelo centro da cidade, tornando-se em um eixo de fluxo elevado.

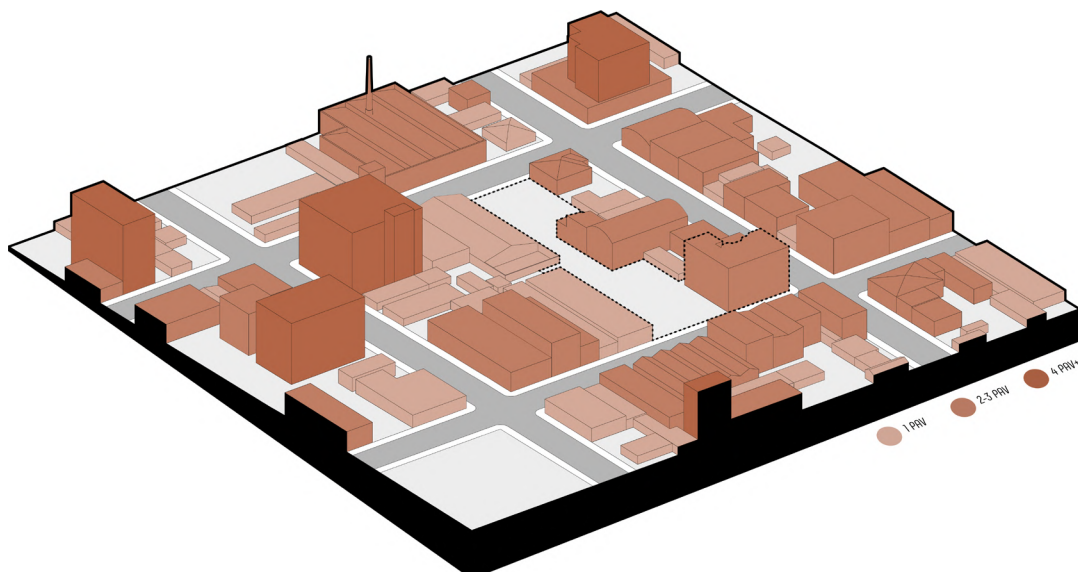
Figura 64 - Usos do entorno



Fonte: Autor, 2020.

O entorno apresenta em sua grande maioria, edificações de pequeno porte e com pouca altura, conforme figura 65. A zona urbana está em processo de renovação e as pequenas edificações serão substituídas por prédios de uso misto muito em breve.

Figura 65 - Alturas das edificações do entorno



Fonte: Autor, 2020.

Figura 66 - Skyline atual visto pela Rua Osvaldo Aranha



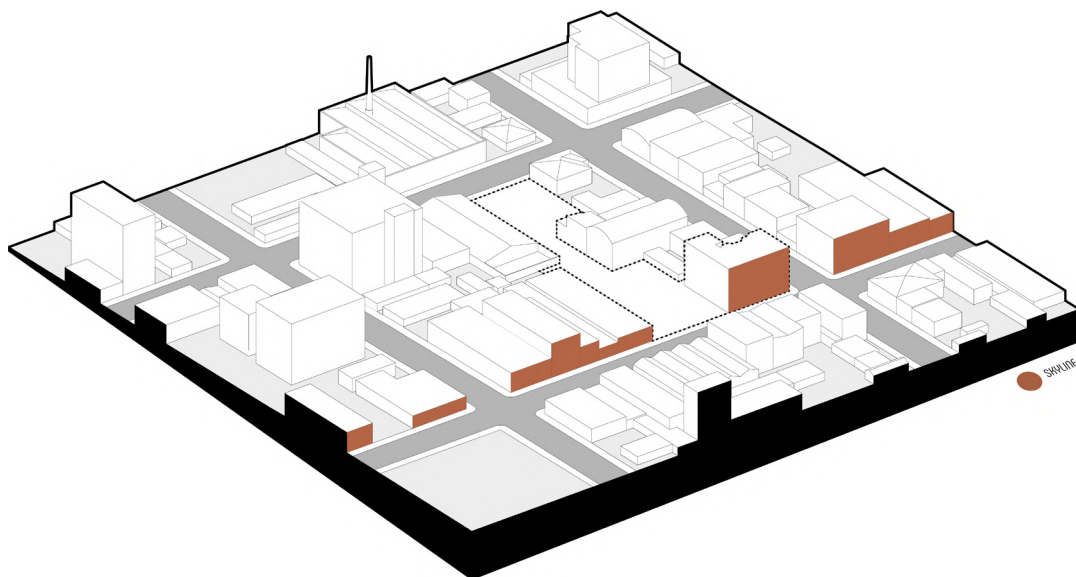
Fonte: Autor, 2020.

Figura 67 - Skyline atual visto pela Rua Barão do Triunfo



Fonte: Autor, 2020.

Figura 68 - Skyline com remoção das edificações visto da Rua Osvaldo Aranha



Fonte: Autor, 2020.

Figuras 69 e 70 - Rua Osvaldo Aranha coberta por Tipuanas



Fonte: Autor, 2020.

Figura 71 - Rua Júlio de Castilhos



Fonte: Google Maps

Figura 72 - Fundos do terreno da Valecross



Fonte: Autor, 2020.

Figura 73 - Topografia do terreno Valecross

Nesta imagem, percebe-se a topografia acentuada que o terreno da Valecross possui com desnível de 7 metros entre a Rua Osvaldo Aranha e a Rua Júlio de Castilhos.

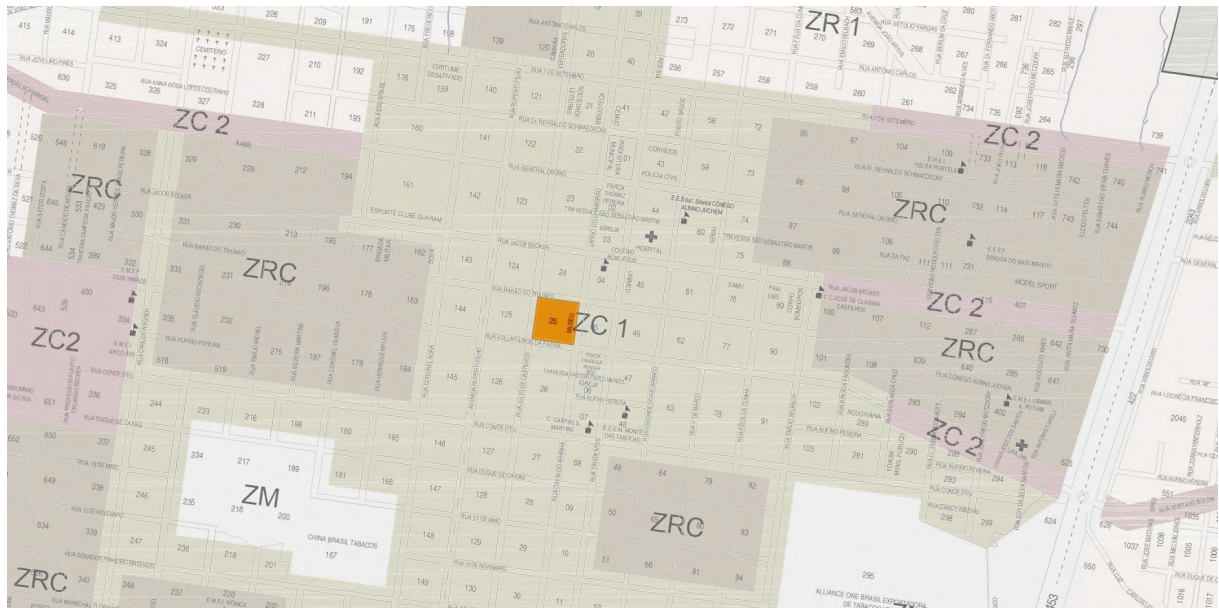
Fonte: Autor, 2020.



2.2.2 Plano diretor

O lote encontra-se na zona comercial 1 do plano diretor, conforme figura 74.

Figura 74 - Zoneamento urbano



Fonte: Secretaria de Planejamento e Urbanismo, PMVA.

Figura 75 - Quadro de usos e ocupação do solo

ZONAS	USOS		IA		TP	TO		AFASTAMENTO		Observação
	Conforme	Proibido	Conf.	Perm.		Conf.	Perm.	Frontal	Lateral	
ZC 1	• Com. I, II e III; • UC III; • Serv. I e II; • Dep. I; • Ind. I; • Hab. II.	• Com. IV; • Dep. II e III; • Ind. III;	5	3	5% 10%op/Resid.	80%	65%	Uso Comercial no alinhamento; Uso residencial: 4,00m; Terrenos de esquina: - Recuo de 4,00 m em uma testada; - Demais testadas 1,5m. Uso misto (residencial e comercial) no alinhamento-segue especificações.	A partir do 5º pavimento (inclusive) recuo obrigatório de 1,50m em ambas as laterais.	
	• Posto Comb.		1		10%	70%				Somente em vias frontantes maiores ou iguais a largura de 17,60m.

Fonte: Secretaria de Planejamento e Urbanismo, PMVA.

Adotado: Uso Comunitário III (UC III)

Atividades que implicam em concentração de pessoas ou veículos, não compatíveis diretamente ao uso residencial e sujeitas a controle específico.

a) Uso Comunitário de Lazer, auditório, boates e discotecas, boliche, casa de espetáculos artísticos, cancha de bocha, centro de recreação ou sedes, centro de convenções, centro de exposições, piscina pública, sede esportiva e sede recreativa.

Índice de aproveitamento: **5**

Taxa permeabilidade: **5%**

Taxa de ocupação: **80%**

Altura: **Livre**



3 INTRODUÇÃO AO PROJETO

Neste capítulo serão abordadas questões pertinentes ao programa de necessidades do Parque Cultural Jardim da Cidade. Após descrição do programa, será realizada a apresentação da tabela de áreas e diagrama de funcionamento. Os condicionantes legais e diretrizes projetuais complementarão a introdução do projeto.

3.1 Programa de necessidades

A partir das pesquisas já realizadas, que se referem a necessidade do município de Venâncio Aires em possuir um ambiente adequado para a realização de atividades culturais, e visto que uma edificação histórica que é patrimônio cultural do município encontra-se em estado crítico de conservação, propõe-se este programa de necessidades com espaços culturais para resgatar a apropriação urbana da zona central da cidade e promover a educação patrimonial com a preservação da edificação que abriga o Museu de Venâncio Aires e seus bens.

O programa de necessidades foi composto com a estratégia de entrecruzar três setores para se chegar na proposta deste trabalho, ou seja, fazer a interação de espaços públicos e privados para promover a diversidade cultural de uma forma que qualquer frequentador do espaço cultural tenha acesso ao que está sendo proposto.

O sistema de programa apresentado é formado por: pré-existência, produção cultural e espaço público, que permeia-se por todos os usos do programa. A edificação existente abriga o Museu da cidade e continuará exercendo a mesma função, ou seja, continuará sendo um espaço com exposições sobre a história do município. O setor de produção cultural divide-se em outras duas categorias: educação cultural e economia criativa. O setor de espaço público tem o foco na escala humana, tratando o lugar como espaço de encontro e aprendizado, além de abraçar os setores citados anteriormente, auxiliando no funcionamento sustentável de todos os usos.

A categoria de produção cultural será composta por um conjunto de espaços que respondem a uma demanda social e urbana: Democratização da cultura, produção cul-

tural e direito a cidade. A categoria de economia criativa será composta por espaços voltados ao empreendedorismo criativo. Gente reinventando jeitos de criar, de fazer, de pensar e entregar valor, promovendo a diversidade cultural e o desenvolvimento humano.

O espaço aberto será composto por um eixo peatonal que conectará a Rua Osvaldo Aranha com a Rua Júlio de Castilhos, proporcionando vitalidade para o Parque Cultural e o espaço público.

Figura 76 - Estrutura do programa de necessidades



Fonte: Autor, 2020.

Figura 77 - Programa de necessidades (setores)

Sector	Categoria	Ambiente	Descrição	Quantid.	Área Unid (m²)	Área Total (m²)
PATRIMÔNIO HISTÓRICO	Casa de Cultura de Venâncio Aires	Hall	Espaço comum integrado com a recepção e expografia	1	80	80
		Loja (térreo)	Souvenirs	1	50	50
		Expografia	Área para exposições do acervo museológico do Núcleo de Cultura	2	220	440
		Educação	Escola no Museu (educação patrimonial)	1	30	30
		Sala multiuso	Poderá se integrar ao espaço de exposições e com a sala de educação patrimonial	1	30	30
		Reserva técnica, inventário e conservação	Conforme existente	2	185	370
		Sala de restauro	Conforme existente	1	40	40
		Instalações/ outros	Circulação, sanitários, dml, reservatórios, etc.	-	-	138
						1178
PRODUÇÃO CULTURAL	Educação e Cultura	Midiateca pública	Trata-se de uma extensão da biblioteca pública existente adicionando funções audiovisuais. (Ambiente amplo com espaços de convivência, lazer e espaços de estudos, leitura, mídia, acervo, instalações, apoio, etc)	1	200	200
		Galeria	Espaço destinado a exposições temporárias de artes de artistas locais	1	100	100
		Sala para atividades de Artesanato	Espaço voltado a oficinas manuais diversas, de carnaval, reciclagem, modelagem com argila, etc.	2	50	100
		Sala para atividades gastronômicas	Espaço para atividades que envolvam a culinária local, como oficinas da escola do chimarrão, cultura alemã, etc.	2	50	100
		Sala para atividades musicais	Espaço acústico para coral, orquestra, oficinas de música, etc.	1	50	50
		Sala multiuso	Espaço para atividades diversas conforme demandas da cidade (uma das salas será utilizada como auditório adaptado que poderá se integrar com outra sala)	3	60	180
		Cineteatro	Espaço com capacidade para a representação de peças teatrais, shows de pequeno porte, projeção de filmes, etc. (cap. 100 pessoas)	1	175	175
						905
	Economia criativa	Hall	Ambiente que se integra ao espaço aberto do conjunto cultural	1	40	40
		Sala de Coworking	Espaço compartilhado público	1	60	75
		Sala de Coworking	Espaço compartilhado privado	1	100	100
		Salas comerciais	Espaços para locação	8	50	400
		Salas para oficinas de trabalho	Espaço compartilhado para locação (destinado a oficinas que necessitam de materiais e que geram resíduos)	2	50	100
		Reunião/ lazer/ descanso	Espaços em comum destinado para atividades diversas	4	25	100
		Instalações/ sanitários/ outros	Sanitários, lixo, dml, reservatórios, ar condicionado, etc.	-	-	200
						1015
ESPAÇO	Espaço aberto	Vivência e convivência	Espaços para descanso, lazer, encontro, meditação, sarau, yoga, atividades que serão realizadas pelo núcleo de dinamização, atividades da secretaria de cultura, etc. (Esses espaços serão diluídos no térreo, em espaços para articular usos, em terraços e no espaço aberto)	-	-	700
		Jardim interno Museu	Área dos fundos do Museu. (Esse espaço será utilizado para lazer e exposições temporárias)	-	-	150
		Anfiteatro	Infraestrutura que se integra ao espaço de vivência e convivência com capacidade para a representação de peças teatrais, shows, manifestações públicas, etc.	1	100	125
						975

Fonte: Autor, 2020.

Figura 78 - Programa de necessidades (apoio)

INSTALAÇÕES/ APOIO	Serviços	Auditório	Espaço para utilização de escolas, prefeitura, congressos, locação de empresários, pequenos eventos, etc. (será utilizado uma sala multiuso)	1	60	-
		Café	Um núcleo disposto no jardim interno do Museu e outro no eixo peatonal (espaço aberto)	2	40	80
		Portal (cidadão > cidade)	Espaço destinado a um totem para opinião popular sobre questões que envolvem a cidade (Integrado ao anfiteatro e recepção)	1	-	-
		Instalações/ sanitários/ outros	Sanitários, lixo, dml, reservatórios, ar condicionado, gerador, transformador, etc.	-	-	350
						430
	Administrativo	Recepção	Nesse espaço um totem para opinião popular sobre questões que envolvem a cidade	1	25	25
		Sala de reuniões	Dois espaços que poderão se integrar	2	15	30
		Núcleo de dinamização cultural	Pessoas dedicadas a pensar a agenda cultural	1	30	30
		Administração	Estações de trabalho	1	40	40
		Sala multiuso	Para atender demandas do núcleo de dinamização e dos sócios do Museu	1	15	15
		Depósito	Para documentos do setor administrativo	1	15	15
		Instalações/ outros	Sanitários, Dml, etc.	-	-	60
						215

Fonte: Autor, 2020.

Figura 79 - Área total do programa de necessidades

ÁREAS TOTAIS	
Setor	Total (m²)
Pré-existência	1178
Produção cultural	1920
Espaço aberto	975
Instalações/ apoio	645
Circulação (+20%)	710
Área total sem pré-existência (m²)	4250
Área total com pré-existência (m²)	5428

Fonte: Autor, 2020.

3.2 Instrumentos para viabilizar o projeto

Ao começar pela remoção da edificação que abriga a concessionária da Valecross, entende-se que a sua realocação para outro espaço dentro da zona urbana da cidade é totalmente entendido como aceitável, uma vez que oferece serviços e comércio de motos. Por exigir manobras e fluxos intensos de veículos, outro espaço da cidade pode ser cedido pela prefeitura para a acomodação do novo espaço Valecross, para tirar o acesso principal da loja que atualmente ocorre pela Rua Osvaldo Aranha, onde circulam inúmeros pedestres em conflito com automóveis. A remoção desta edificação se faz entendida também, por manter edificado uma área muito pequena dentro de um lote com potencial enorme para o centro da cidade de Venâncio Aires.

Para a viabilização do Parque Cultural, compreende-se a necessidade de integração de usos públicos com a iniciativa privada. Atualmente, o Núcleo de Cultura que ad-

ministra a Casa de Cultura, através da locação das salas comerciais existentes no térreo da edificação e também com o apoio da Lei Rouanet e Prefeitura Municipal. O projeto proposto prevê espaços comerciais que serão cedidos à administração do Museu em troca da utilização do térreo, para torná-lo acessível aos frequentadores do espaço cultural proposto.

O espaço aberto com caráter público e os espaços que vão caracterizar o parque cultural, como a midiateca e o cineteatro, serão apoiados pelo Fundo da Cultura, Fundo Emergencial da Cultura, LIC e principalmente pelo apoio da Prefeitura Municipal com a Secretaria de Cultura e Esportes e com a Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Turismo.

Os equipamentos dispostos no parque cultural serão utilizados para a produção de cultura na cidade, mas também serão equipamentos de serviços que estarão à disposição da comunidade, que poderão fazer a locação desses espaços, para a realização de oficinas, congressos, palestras, entre outros, contribuindo com a manutenção dos equipamentos.

O espaço destinado ao setor de economia criativa, trata-se de um empreendimento com caráter público e iniciativa privada. Atualmente, existe na cidade um número expressivo de pequenos empreendedores que estão se inserindo no mercado de trabalho. Além disso, a cidade está saturada em alguns setores e, por isso, é necessário se reinventar dentro da própria área de atuação. Estes espaços darão a oportunidade de um empreendedor locar o seu espaço e poder entregar um serviço ou produto que vai além da entrega, e também incentivar o uso do espaço público pelos usuários do próprio produto oferecido. O projeto em sua totalidade, incentivará as pessoas a serem criativas e proporem ideias inovadoras que contribuem na produção cultural, e no desenvolvimento intelectual dos frequentadores dos equipamentos propostos no espaço cultural. Compreende-se que o setor de economia criativa pode ser financiado por empresários locais, que em troca, terão posse de um espaço para locação no setor proposto.

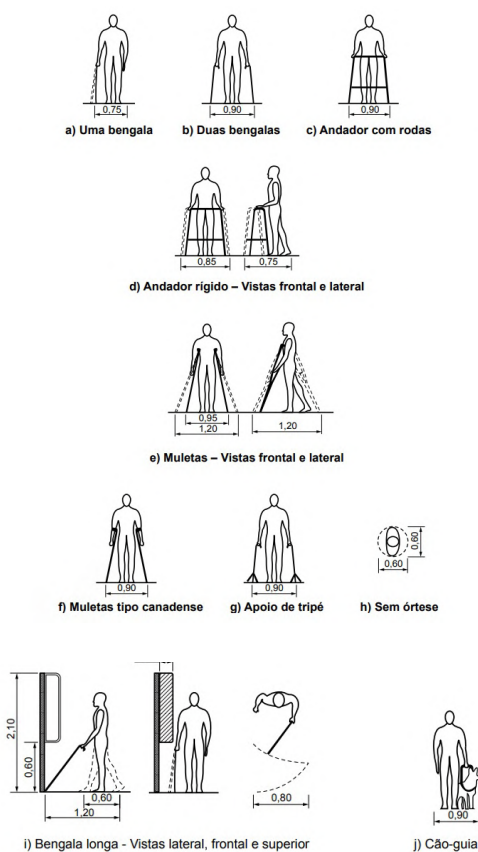
No que se refere aos empreendedores que irão investir em locação de uma sala comercial, ou de um espaço de trabalho coletivo, serão beneficiados com recursos do “Venâncio sem Fronteiras”, uma política de incentivo ao desenvolvimento econômico e social instituída pela Prefeitura Municipal desde o ano de 2018. Em troca aos benefícios, os empreendedores terão que oferecer serviços que reinventem jeitos de fazer, de criar e entregar valor, promovendo a diversidade cultural e o desenvolvimento humano. Além disso, terão que apoiar e incentivar a manutenção e utilização do espaço aberto que irá permear todos os equipamentos do Parque Cultural.

3.3 Condicionantes legais

Se faz necessário expor algumas normas neste capítulo, uma vez que o projeto será utilizado por um grande número de pessoas, e por isso, será necessário o cuidado em promover um espaço democrático e acessível para todas as pessoas com diferentes necessidades, na produção da segunda etapa deste trabalho.

No que diz respeito à acessibilidade, entende-se como referência a NBR 9050, que determina os cuidados e orientações para projetar espaços, fazendo com que esses lugares sejam inclusivos e com qualidade de vida para quem os frequentam, tanto para a população em geral, quanto para pessoas com mobilidade reduzida.

Figura 80 - Referenciais para deslocamento em pé



Fonte: NBR 9050.

Figura 81 - Dimensões do módulo de referência (M.R.)

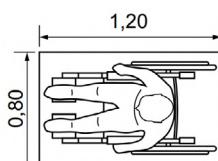
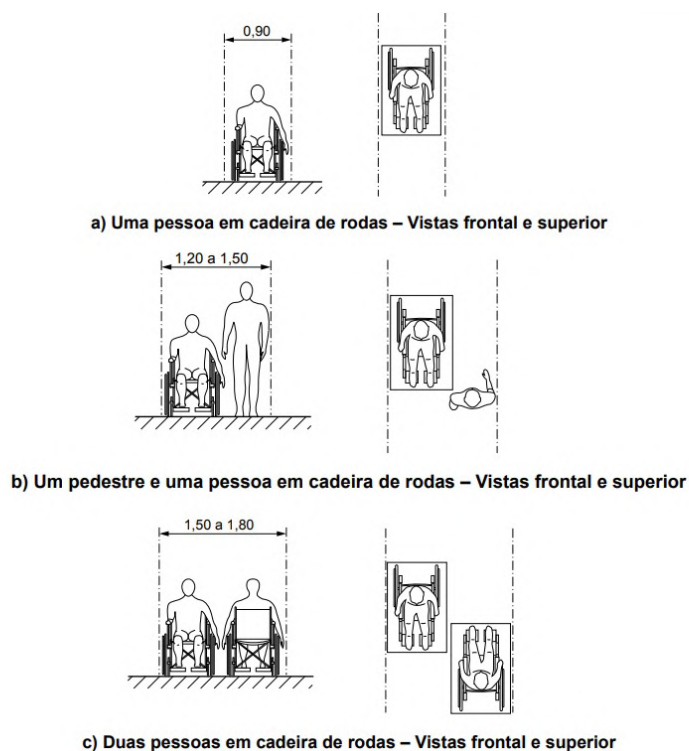


Figura 3 – Dimensões do módulo de referência (M.R.)

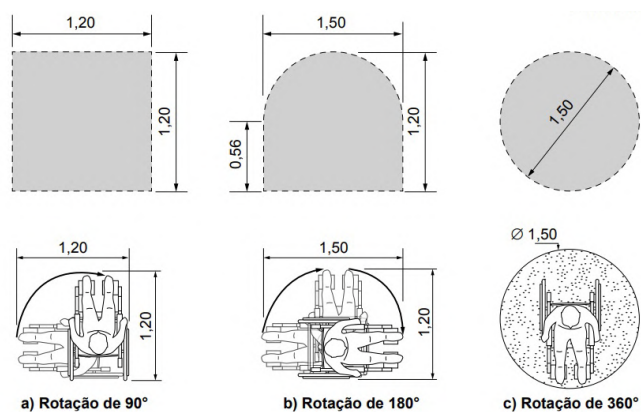
Fonte: NBR 9050.

Figura 82 - Dimensões para deslocamento em linha reta de pessoas em cadeira de rodas



Fonte: NBR 9050.

Figura 83 - Área para manobras de cadeira de rodas sem deslocamento



Fonte: NBR 9050.

Figura 84 - Assentos para pessoas em cadeira de rodas

Capacidade total de assentos	Espaços para P.C.R	Assento para P.M.R	Assento P.O.
Até 25	1	1	1
De 26 a 50	2	1	1
De 51 a 100	3	1	1
De 101 a 200	4	1	1
De 201 a 500	2% do total	1%	1%
De 501 a 1 000	10 espaços, mais 1% do que exceder 500	1%	1%
Acima de 1 000	15 espaços, mais 0,1% do que exceder 1 000	10 assentos mais 0,1% do que exceder 1 000	10 assentos mais 0,1% do que exceder 1 000

Fonte: NBR 9050.

Figura 85 - Espaços para P.C.R. em fileira intermediária

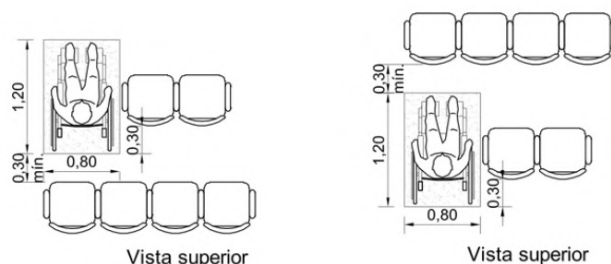
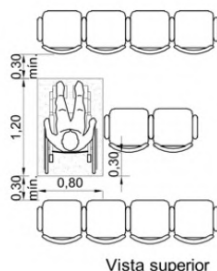


Figura 149 — Espaços para P.C.R. na primeira fileira — Exemplo

Figura 150 — Espaços para P.C.R. na última fileira — Exemplo



Fonte: NBR 9050.

Outra norma de extrema importância para o projeto que está sendo proposto é a NBR 9077, que regulamenta as saídas de emergência das edificações, através de um cálculo de população que é feito a partir da metragem quadrada do maior pavimento de uma determinada edificação. Com esse cálculo, é obtido o número de saídas de emergência e suas dimensões.

O primeiro passo a seguir é verificar em qual classificação a edificação está enquadrada, conforme figura abaixo. Para fins de estudo será marcado de um uso, considerando que o espaço cultural será composto por um museu, café, auditório, entre outros.

Figura 86 - Usos da edificação

E	Educativa e cultura física	E-1	Escolas em geral	Escolas de primeiro, segundo e terceiro graus, cursos supletivos e pré-universitários e outros
		E-2	Escolas especiais	Escolas de artes e artesanatos, de línguas, de cultura geral, de cultura estrangeira
		E-3	Espaço para cultura física	Locais de ensino e/ou práticas de artes marciais, ginástica (artística, dança, musculação e outros) esportes coletivos (tênis, futebol e outros não incluídos em F-3), sauna, casas de fisioterapias e outros
		E-4	Centros de treinamento profissional	Escolas profissionais em geral
		E-5	Pré-escolas	Creches, escolas maternas, jardins-de-infância
		E-6	Escolas para portadores de deficiências	Escolas para excepcionais, deficientes visuais e auditivos e outros
F	Locais de reunião de público	F-1	Locais onde há objetos de valor inestimável	Museus, galerias de arte, arquivos, bibliotecas e assemelhados
		F-2	Templos e auditórios	Igrejas, sinagogas, templos e auditórios em geral

Grupo	Ocupação/Uso	Divisão	Descrição	Exemplos
F	Locais de reunião de público	F-3	Centros esportivos	Estádios, ginásios e piscinas cobertas com arquibancadas, arenas em geral
		F-4	Estações e terminais de passageiros	Estações rodoferroviárias, aeroportos, estações de transbordo e outros
		F-5	Locais para produção e apresentação de artes cênicas	Teatros em geral, cinemas, óperas, auditórios de estúdios de rádio e televisão e outros
		F-6	Clubes sociais	Boates e clubes noturnos em geral, salões de baile, restaurantes dançantes, clubes sociais e assemelhados
		F-7	Construções provisórias	Circos e assemelhados
		F-8	Locais para refeições	Restaurantes, lanchonetes, bares, cafés, refeitórios, cantinas e outros

Fonte: NBR 9077.

Após definição de uso, a norma apresenta uma classificação quanto a altura do edifício proposto. Logo depois, é preciso classificar o edifício quanto a dimensão de planta e suas características construtivas, contudo, esses dados ainda não podem ser considerados, uma vez que o projeto ainda não foi desenvolvido.

Adiante, a norma apresenta uma tabela que orienta a dimensão das saídas de emergência com base na unidade de passagem de cada tipo de ocupação.

É necessário extrair os dados das tabelas dispostas na NBR 9077 para fazer o cálculo da população de acordo com a metragem quadrada da área correspondente a cada uso do programa.

Após o cálculo de população, calcula-se a unidade de passagem. Como o edifício acomodará mais de um grupo de ocupação, deve ser escolhido o pior caso, ou seja, o que utilizará mais espaço nas saídas de emergência.

Por fim, calcula-se também, a distância máxima a ser percorrida até a escada de emergência mais próxima, através dos dimensionamentos que serão elaborados no desenvolvimento da etapa II deste trabalho.



4

4 REFERENCIAIS ARQUITETÔNICOS

O capítulo traz a análise de projetos com usos semelhantes ao da proposta apresentada nesta pesquisa, pois servirão de base para a próxima etapa que será o desenvolvimento de um projeto arquitetônico.

4.1 Museu Rodin Bahia / Brasil Arquitetura

O Museu Rodin Bahia, do escritório Brasil Arquitetura, foi projetado em 2002 e construído entre os anos de 2003 a 2006. Possui um terreno de 4850m² com uma pré-existência de 1575m² e uma nova edificação projetada de 1480m².

Este projeto foi a primeira filial do Museu Rodin fora da França, o que trouxe uma série de exigências, uma delas é que a sede tivesse um significado cultural para a cidade e que tivesse espaço para expor as peças originais em gesso, parte do acervo do museu de Paris (ARCHDAILY).

O museu está situado em Salvador, estado da Bahia no Brasil. O bairro em que está acomodado a edificação que abriga o museu é uma área residencial, com comércios locais de pequeno porte.

A edificação pré-existente que recebeu intervenção trata-se de uma casa do início do século 20 construída pelo comendador Bernardo Martins Catharino. O palacete é protegido pelo tombamento estadual desde a década de 1980. O edifício é composto por quatro pavimentos e já abrigou a Secretaria Estadual da Educação e Cultura e os Conselhos Estaduais de Educação e de Cultura, antes de ser destinado a sediar o Palacete das Artes, no ano de 2003 (ARCOWEB).

Figura 87 - Palacete das artes



Fonte: <https://museupalacetedasartes>

A escolha deste referencial para a presente análise se dá principalmente pela boa interação entre o novo e o existente, que é a inserção de um novo edifício ao lado de um prédio tombado e de caráter histórico, preservando e respeitando a imagem da edificação existente.

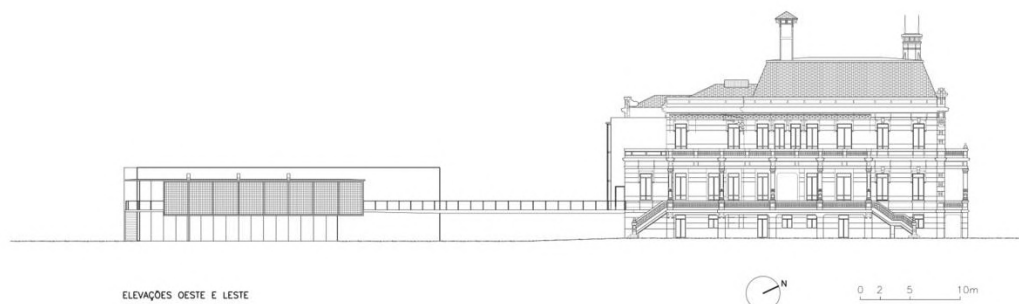
Foi proposto um novo volume para este projeto, pois os 1,5 mil metros quadrados da casa eram insuficientes para abrigar o programa do museu. A proposta foi implantar um volume de forma simétrica à construção existente, relacionando e unificando os dois edifícios.

Figura 88 - Edificação nova



Fonte: Archdaily

Figura 89 - Relação entre o existente e o novo



Fonte: Archdaily

Uma outra diretriz que foi utilizada neste projeto, com o objetivo de preservar a edificação histórica, foi projetar a nova edificação com menos da metade da altura do edifício existente, deixando que o palacete continue em evidência na paisagem. As duas edificações estão ligadas por uma passarela que chega em um outro anexo contemporâneo presente na edificação histórica, onde está situado o núcleo de circulação vertical.

Observa-se também a intenção dos arquitetos responsáveis pelo projeto em diferenciar a época de cada edificação através da materialidade, deixando a edificação pré-existente com suas características originais. A forma pura da nova edificação também contribui na diferenciação entre os dois edifícios, ficando em segundo plano na presença do Palacete.

4.2 Praça das Artes / Brasil Arquitetura

Praça das Artes é um espaço de música e dança proposto para a requalificação do centro de São Paulo. Foi projetada pelo escritório Brasil Arquitetura no ano de 2012 com um total de 28.500m² de área.

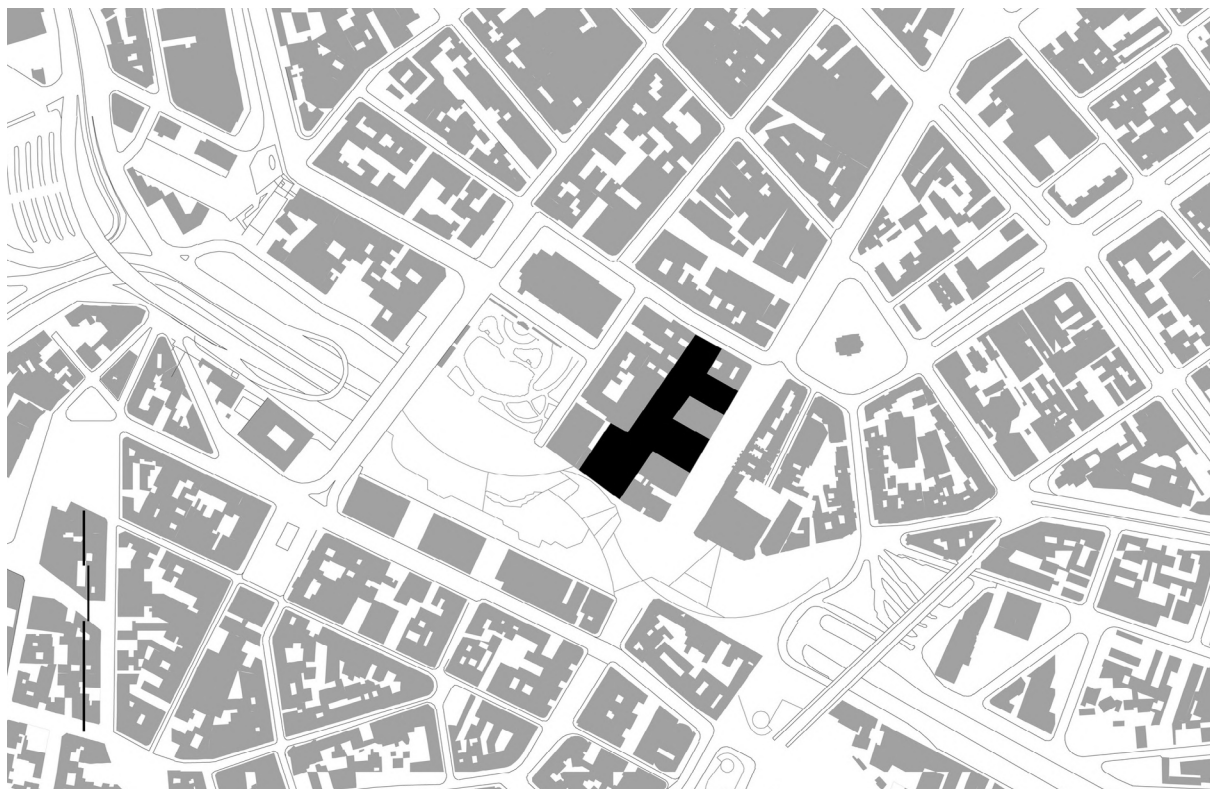
O espaço em que foi acomodado o projeto é composto por uma série de lotes que se integram no vazio do centro da quadra, voltados para três frentes de ruas, conforme figura 84.

Figura 90 - Praça das Artes



Fonte: Nelson Kon - Archdaily

Figura 91 - Relação do terreno com o entorno



Fonte: Brasil Arquitetura

O lugar de inserção deste projeto é rico em urbanidade, pois apresenta características de diferentes épocas, que estão refletidas nas arquiteturas das duas pré-existências do projeto, assim como nos edifícios que os cercam.

Observa-se que os arquitetos aproveitaram de forma bastante efetiva os vazios urbanos gerados pela lógica da propriedade privada, que cria espaços ociosos no interior de grandes quadras.

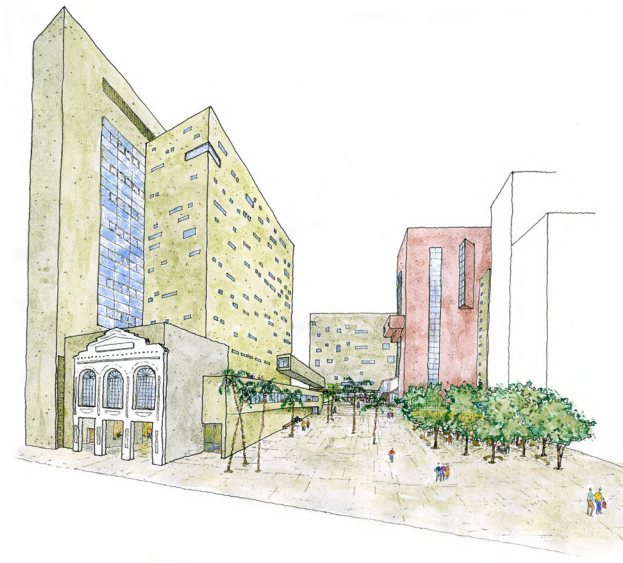
O projeto possui uma situação privilegiada quanto a sua localização, pois está em uma área central da cidade, cheia de diversidade, vitalidade e mistura de classes sociais.

Figura 92 - Diversidade urbana



Fonte: Nelson Kon - Archdaily

Figura 93 - Croqui da Praça das Artes

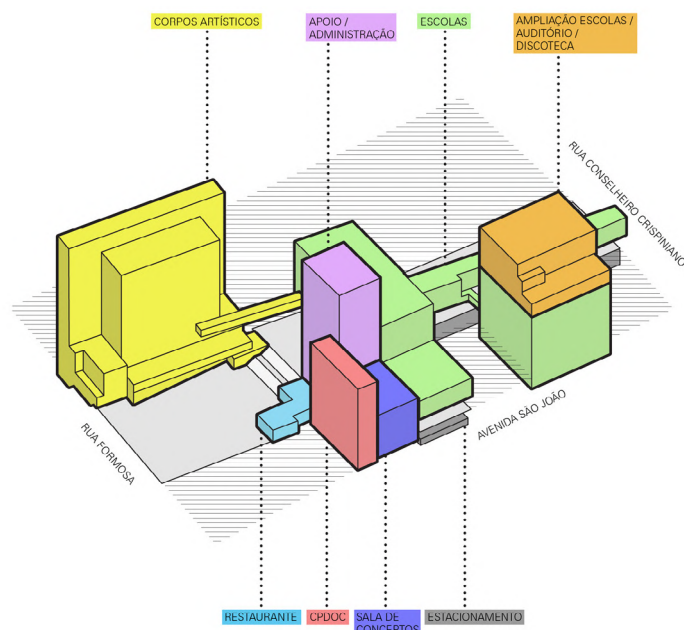


Fonte: Archdaily - Brasil Arquitetura

“uma coisa é o lugar físico, outra coisa é o lugar para o projeto.
E o lugar não é nenhum ponto de partida, mas é um ponto de chegada.
Perceber o que é o lugar é já fazer o projeto” Álvaro Siza

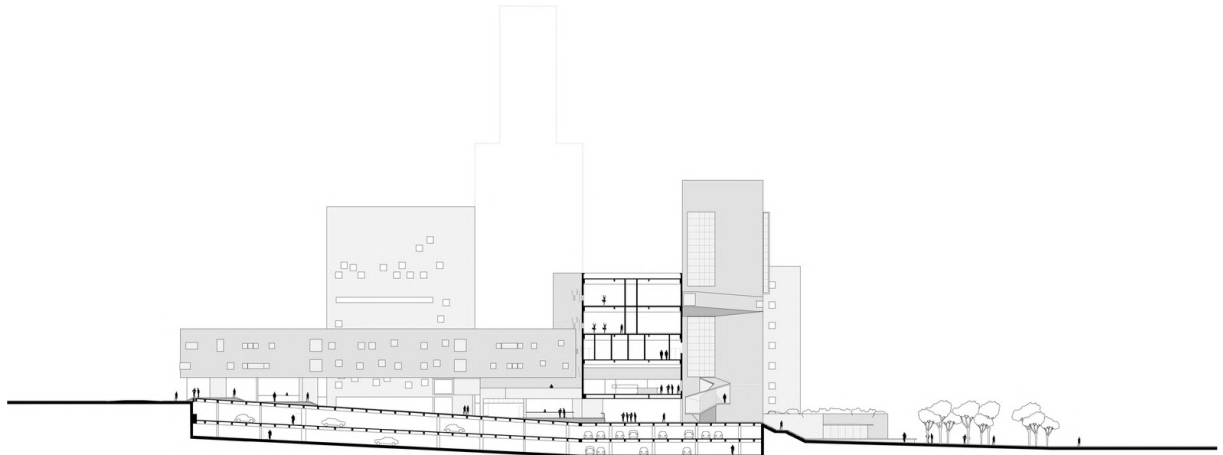
O projeto Praça das Artes possui um programa rico e complexo, voltado ao estudo e prática no que se refere a música e a dança. Além disso, possui caráter público de convivência, que permeia todo o conjunto. A começar no centro do terreno, o conjunto amplia-se em três direções: para a Rua Formosa, para a Avenida São João e para a Rua Conselheiro Crispiniano, ocupando o terreno e criando vazios de convivência.

Figura 94 - Esquema programático da Praça das Artes



Fonte: Archdaily - Brasil Arquitetura

Figura 95 - Corte longitudinal da Praça das Artes



Fonte: Archdaily - Brasil Arquitetura

Este projeto foi escolhido para análise, pois possui diversas características que se assemelham muito ao que está sendo proposto neste trabalho. O principal atributo é a permeabilidade através do térreo livre que conecta uma quadra de uma extremidade até a outra, vencendo um desnível que estrategicamente torna o uso de escadas desnecessário para atravessar o lote inteiro. A figura 96 mostra que o térreo livre torna o espaço permeável e retém os pedestres para dentro do complexo, além de criar uma continuação da cidade. Outra característica muito marcante desse projeto, é o estímulo de convivência entre pessoas e as visuais propostas do espaço externo de dentro do edifício.

Figura 96 - Relação do espaço externo com o espaço interno



Fonte: Archdaily - Brasil Arquitetura

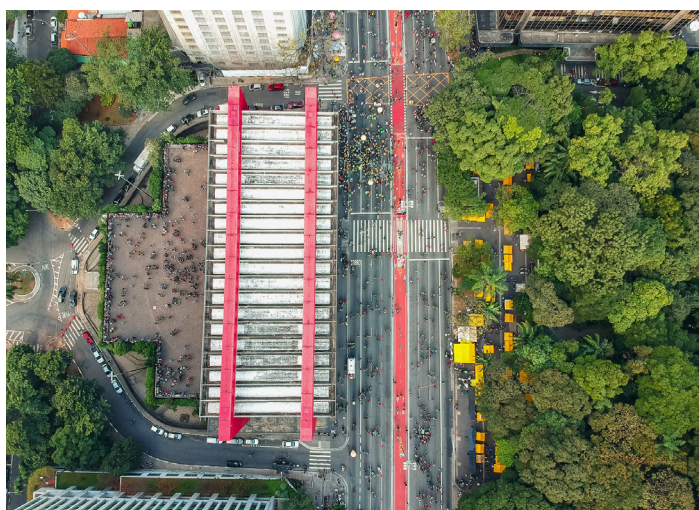
4.3 MASP / Lina Bo Bardi

A edificação do Museu de Arte de São Paulo foi projetada pela arquiteta Lina Bo Bardi e inaugurada no dia 7 de novembro de 1968, na Avenida Paulista, em São Paulo. O projeto destaca-se pelo grande vão livre de mais de 70 metros de comprimento. Além disso, é considerado um exemplar da arquitetura brutalista brasileira e um importante ícone da capital paulista (ARCHDAILY).

A principal característica do MASP a ser utilizada no projeto proposto, é a ideia do vazio, do térreo permeável e sua conexão com a cidade. O espaço livre proporciona ao visitante, que ele mesmo possa gerir o espaço, escolhendo a direção a tomar, e não o contrário. O térreo caracterizado como uma praça seca, e sem barreiras, possibilita que diversas atividades culturais possam ocorrer no local, conforme figura 98.

Compreende-se que este projeto é um grande exemplo de lugares que celebram o espaço da democracia, e por esse motivo, se faz presente nesta análise.

Figura 97 - MASP visto de cima



Fonte: Archdaily - Sergio Souza

Figura 98 - Estudo para ocupação do Belvedere



Fonte: Archdaily - Lina Bo Bardi

4.4 Superkilen / BIG + Topotek1 + Superflex

O projeto urbano da *Superkilen* iniciou-se em 2009 e o espaço foi aberto ao público em Junho de 2012. Trata-se de um parque que atravessa um dos bairros mais diversificados da Dinamarca, com a criação de um espaço de forte identidade visual em escala local e global. O local é dividido em três zonas que definem os usos do espaço através de cores (ARCHDAILY).

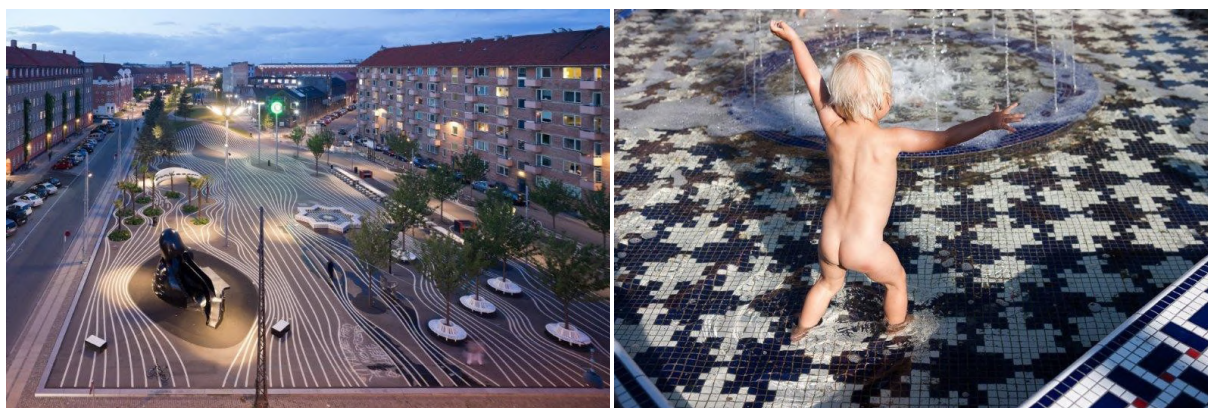
Figura 99 - Setor vermelho do parque Superkilen



Fonte: Archdaily - Iwan Baan

"Uma das dimensões mais interessantes do projeto é a inclusão da comunidade diversificada de usuários. Seu uso ousado de cor e arte pública em espaços que promovem a interação social e engajamento, exalam um alto nível de excitação e energia onde antes parecia um espaço residual. *Superkilen* mostra o que pode ser feito com uma abordagem aberta e inventiva. Isso demonstra o valor de poderosos movimentos visuais e espaciais, mantendo conectados à realidades de um contexto contemporâneo multicultural" Júri do *2013 Institute Honor Awards for Regional and Urban Design* citado por Archdaily.

Figura 100 - Equipamentos urbanos



Fonte: Archdaily - Iwan Baan / Torben Eskerod

4.5 Parque de los pies descalzos / Felipe Uribe de Bedout

O parque foi criado entre os anos de 1998 e 2000 pela EPM Empresas Públicas de Medellín, com a ideia de converter espaços públicos vazios em áreas de recreação e lazer para a comunidade. Este espaço está entre o Museo Interactivo EPM, o Teatro Metropolitano de Medellín, a Praça Mayor de Medellín e o Edifício Inteligente da EPM, articulando a circulação desses equipamentos (WIKIPÉDIA).

O espaço público está no centro de Medellín, cercado de edifícios e duas grandes avenidas. Uma placa na entrada diz: é proibido o uso de sapatos, conforme figura 101. Trata-se de um convite ao pedestre para parar por alguns minutos e relaxar em meio ao caos da cidade metropolitana.

O conjunto apresenta diversos mobiliários urbanos que promovem o contato do indivíduo consigo mesmo, através de dois elementos naturais: a terra e a água.

Figura 101 - Parque de los pies descalzos



Fonte: Dentro do mochilão / redbus

Figura 102 - Crianças e adultos se divertindo com água



Fonte: Autor, 2018



5 REFERÊNCIAS

Bibliográficas

FARIELLO, Francesco. **La arquitectura de los Jardines**. Editorial Reverte, S.A., Barcelona, 2004. Disponível em <https://dlscrib.com/download/arquitectura-de-los-jardines-fariello-francesco_58b2fcb16454a7a362b1e8d7_pdf>. Acesso em: 26 de março de 2020.

DESSEN E COSTA JUNIOR.org. **A ciência do desenvolvimento humano: Tendências atuais e perspectivas futuras**. Porto Alegre: Artmed, 2008. Disponível em: < https://www.academia.edu/31467413/Livro_-_A_Ciencia_do_Deenvolvimento_Humano>. Acesso em: 30 de março de 2020.

CARVALHO, Cristina Amélia. **O Estado e a participação conquistada no campo das políticas públicas para a cultura no Brasil**. In: Lia Calabre. (Org.). Políticas culturais: Reflexões e ações. 1ed.São Paulo - Rio de Janeiro: Itaú Cultural - Casa De Rui Barbosa, 2009, v. 1, p. 18-33. Disponível em <http://www.casaruibarbosa.gov.br/arquivos/file/estudos-sobre-politicas_miolo.pdf>. Acesso em: 25 de março de 2020.

GEHL, J. **Cidades para pessoas**. 2. ed. [s. l.]: Perspectiva, [s. d.]. ISBN 9788527309806. Disponível em: <https://search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&db=cat05706a&AN=cbu.122310&lang=pt-br&site=eds-live&scope=site>. Acesso em: 9 abr. 2020.

JACOBS, J.; ROSA, C. S. M. **Morte e vida de grandes cidades**. [s. l.]: Martins Fontes, [s.d.]. ISBN 85336 12184. Disponível em <https://search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&db=cat05706a&AN=cbu.35802&lang=pt-br&site=eds-live&scope=site>. Acesso em: 9 abr. 2020.

LYNCH, K.; CAMARGO, J. L. **A imagem da cidade**. [s. l.]: Martins Fontes, [s. d.]. ISBN 8533606311. Disponível em: <https://search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&db=cat05706a&AN=cbu.35204&lang=pt-br&site=eds-live&scope=site>. Acesso em: 9 abr. 2020.

HEEMANN, Jeniffer; CAIUBY SANTIAGO, Paola. **Guia do espaço público**. Project for Public Spaces. Disponível em <<http://www.placemaking.org.br/home/o-que-e-placemaking/guia-do-espaco-publico/>> Acesso em: 16 abr. 2020.

Santos, José Luiz dos. **O que é cultura**. São Paulo: Brasiliense, 2006. -- (Coleção primeiros passos; 110). Disponível em <<https://www.netmundi.org/>>. Acesso em: 02/06/2020.

Moura, Maria Zulmira Portella de. **Venâncio Aires: Buscando suas raízes**. Associação dos Amigos do CEMUC (AACEMUC), 2013. 136 p.;il. Disponível em <<https://www.venancioaires.rs.gov.br/arq/municipio/mun-1523985362051784200.pdf>>. Acesso em: 02 de abril de 2020.

SILVA, Inês Gonçalves - **Da memória à reabilitação do património : proposta para a criação de uma pousada no mosteiro de Santa Maria de Seíça**.- Lisboa: FA, 2019. Dissertação de Mestrado, p. 25-40. Disponível em <<https://www.repository.utl.pt/handle/10400.5/19238>> Acesso em: 27 de abril de 2020.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. 4. ed. [s. l.]: Estação Liberdade, [s. d.]. ISBN9788574480 305. Disponível em: <https://search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&db=cat 05706 a&AN=cbu.118612&lang=pt-br&site=eds-live&scope=site>. Acesso em: 27 abr. 2020.

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras, GRUNBERG Evelina; MONTEIRO Adriane Queiroz - **Guia Básico de Educação Patrimonial**. Edição: 1999; Publicação: Iphan; Disponível em: <<https://portal.aprendiz.uol.com.br/2017/06/21/5-livros-gratuitos-sobre-educacao-e-patrimonio/>>. Acessado em 29/04/2020.

Web

-<https://pt.unesco.org/courier/april-june-2017/cultura-no-coracao-dos-ods>
-<https://www.sabra.org.br/site/papel-da-arte-na-formacao-da-sociedade/>
-<https://www.pps.org/>
-<http://www.placemaking.org.br/home/>
-<https://caosplanejado.com/os-10-melhores-espacos-publicos-de-iniciativa-privada/>
-<http://projetodraft.com/verbete-draft-o-que-e-economia-criativa/>
-<https://endeavor.org.br/voce-ja-ouviu-falar-em-economia-criativa/>
-<https://worldlandscapearchitect.com/>
-<https://piseagrama.org/>
-<http://basurama.org/pt-br/>
-<https://www.ibge.gov.br/>
-<https://www.archdaily.com.br/br>
-<http://www.museuvaires.com.br/>
-<https://rotaseroteiros.com.br/rota-do-chimarrao-regiao-turistica-vales/>
-<http://portal.venancioaires.rs.gov.br/>
-<https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/>